

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 472, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 395/2021
OF 702/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.375, de 22 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.951, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão, no município de Oliveira - MG;
- 2 - Portaria nº 2.962, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Nova Era de Radiodifusão, no município de Boa Esperança - MG;
- 3 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 - Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz de Vasconcelos - SP;
- 4 - Portaria nº 4.375, de 22 de setembro de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, no município de Dom Silvério - MG;
- 5 - Portaria nº 4.684, de 1º de dezembro de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande, no município de Cabeceira Grande - MG;
- 6 - Portaria nº 6.314, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense - ASPIA, no município de Ibiá - MG;
- 7 - Portaria nº 83, de 1º de fevereiro de 2016 - Serviço de Assistência Social - SAS, no município de Conselheiro Pena - MG;
- 8 - Portaria nº 121, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cidadã “Nossa Senhora Aparecida” - Teodoro Sampaio-SP, no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 9 - Portaria nº 122, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar - ASSRISL, no município de Lagamar - MG;
- 10 - Portaria nº 521, de 9 de maio de 2016 - Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB, no município de Capim Branco - MG;
- 11 - Portaria nº 761, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Ilha FM, no município de Pariqueira-Açu - SP;
- 12 - Portaria nº 766, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande, no município de Piedade do Rio Grande - MG;
- 13 - Portaria nº 1.830, de 9 de maio de 2016 - Associação de Comunicação e Cultura Liberdade, no município de Jaíba - MG;
- 14 - Portaria nº 1.836, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense, no município de Cristina - MG;
- 15 - Portaria nº 1.838, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara, no município de Paranaiguara - GO;
- 16 - Portaria nº 1.098, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Nova Aurora, no município de Mundo Novo - GO;

- 17 - Portaria nº 1.829, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Pedreiras, no município de Pedreiras - MA;
- 18 - Portaria nº 1.839, de 7 de junho de 2017 - Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC, no município de Bocaiuva - MG;
- 19 - Portaria nº 1.842, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, no município de Mocóca - SP;
- 20 - Portaria nº 1.929, de 7 de junho de 2017 - Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete, no município de Conselheiro Lafaiete - MG;
- 21 - Portaria nº 1.988, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM, no município de Santo Antônio do Descoberto - GO;
- 22 - Portaria nº 3.050, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM, no município de Barra do Corda - MA;
- 23 - Portaria nº 1.423, de 22 de março de 2018 - Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA, no município de Nova Resende - MG;
- 24 - Portaria nº 5.590, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias, no município de Luminárias - MG;
- 25 - Portaria nº 6.637, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde, no município de Camanducaia - MG;
- 26 - Portaria nº 6.638, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente, no município de Belo Oriente - MG;
- 27 - Portaria nº 7.149, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Mensageiros da Paz de Iepê, no município de Iepê - SP;
- 28 - Portaria nº 7.227, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural e Artístico "Joaquim Pereira Cruz", no município de Conquista - MG;
- 29 - Portaria nº 7.230, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu), no município de Caratinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 136, de 24 de julho de 2020 - Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas, no município de Bonfinópolis de Minas - MG.

Brasília, 11 de agosto de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058131/2011-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ nº 02.712.376/0001-54, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 11 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10581/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4375, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 4375/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058131/2011-11 e nº [53710.000987/1998] , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722405** e o código CRC **9E018FFE**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 702/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.951, 2.962, 3.596, 4.375, 4.684 e 6.314, de 2015; 83, 121, 122, 521, 761, 766, 1.830, 1.836 e 1.838, de 2016; 1.098, 1.829, 1.839, 1.842, 1.929, 1.988 e 3.050, de 2017; 1.423, 5.590, 6.637, 6.638, 7.149, 7.227 e 7.230; de 2018; e 136, de 2020.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.046516/2011-28

SEI nº 2797780

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36720/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058131/2011-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694601** e o código CRC **A8B888B9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.058131/2011-11**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 27 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 27/05/2014, às 08:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0008685** e o código CRC **95026CEB**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

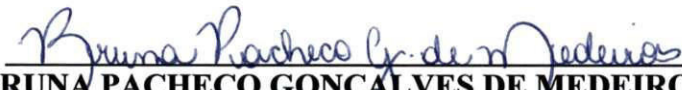
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 058131/2011-11
SEAPA/SCE
17/11/2011-09:14

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53710.000987/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, na localidade de **Dom Silvério / MG**, tem validade até 11/09/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 11 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Sisape nº 1786956
Agente Administrativo

520.091.364
W 42.58.0111

02.232.3261 0001-59



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 7019 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 27 de novembro de 2011.

Ao Senhor

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, nº 44 - Centro
35440-000 Dom Silvério – MG

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.058131/2011-11.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO** tem validade até 11/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
 - III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
 - IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
 - V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.
5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.
6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

58131/11



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**
CNPJ: 02.712.376/0001-54
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 001708/2012-96

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

DRMC - 03

11/01/2012-16:24

Sede

A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ sob o nº 02.712.376/0001-54, com sede à Rua Alfeu Nunes Cordeiro 88, na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, CEP 35440-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 110 de 22 de Março de 2000 e Decreto Legislativo nº 319/2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução de serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, no Diário Oficial da União.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011



José Geraldo da Costa - Diretor Presidente

Nome do representante entidade: José Geraldo da Costa
CPF: 858.134.786-04



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE
DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

**Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG**

Ilmo. Sr.
Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios Bloco R
Brasília – DF
CEP 70.044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 001707/2012-41

DRMC - 03

11/01/2012-16:23

Sedeo

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 53710.000987/1998
Assunto: Ofício Nº 7919/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Prezado Senhor,

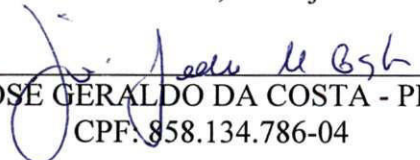
A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, CNPJ 02.712.376/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Dom Silvério estado de Minas Gerais, por seu representante legal, tendo recebido o Ofício acima citado, vem expor e solicitar o que segue:

1. Ter sido autorizada pela Portaria nº 110, de 22/03/2000 publicada no Diário Oficial da União em 29/03/2000.
2. Que o documento anterior foi referendado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 319, de 10/09/2001 publicado no Diário Oficial da União de 28/09/2001.
3. Que o canal consignado foi o de nº 200, frequência 87,9 MHz.
4. **Coincidentemente foi autorizado e licenciado à Prefeitura Municipal de Dom Silvério o canal 6 para o Serviço de Retransmissão de Televisão, constante da Portaria nº 701, de 08/11/1983 publicada no Diário Oficial da União de 21/11/1983, conforme cadastro no Sistema da Agência Nacional de Telecomunicações em anexo.**
5. Que as autorizações deferidas pelo Poder Concedente embora em épocas distintas, são conflitantes, impedindo que ambas exerçam simultaneamente a execução dos serviços em tela.

Do acima exposto e em razão do Ofício em questão, requer a alteração da frequência ora consignada para que possamos dar seguimento ao Processo de Renovação nº 53000.058131/2011, bem como orientações dos procedimentos a serem tomados por esta Associação.

Respeitosamente,

Dom Silvério, 09 de janeiro de 2012.


JOSE GERALDO DA COSTA - PRESIDENTE
CPF: 858.134.786-04

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**
CNPJ: 02.712.376/0001-54
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

Ilmo. Sr.
Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios Bloco R
Brasília – DF
CEP 70.044-900

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 53710.000987/1998
Assunto: Ofício Nº 7919/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 001706/2012-05
DRMC - 03
11/01/2012-16:21

Prezado Senhor,

A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, CNPJ 02.712.376/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Dom Silvério estado de Minas Gerais, por seu representante legal, comunica que em razão de obtenção da sede própria, requer atualização de endereço de sua estação e estúdio.

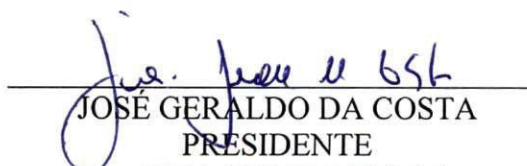
Em assim sendo solicita e aguarda deferimento das seguintes correções:

De: Rua Alfeu Nunes Cordeiro nº 88, Centro, Dom Silvério.

Para: Rua Antônio Melo da Costa nº 80, Bairro São Geraldo, Dom Silvério.

Atenciosamente,

Dom Silvério, 09 de janeiro de 2012.


JOSE GERALDO DA COSTA
PRESIDENTE
CPF: 858.134.786-04

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**
CNPJ: 02.712.376/0001-54
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ sob o nº 02.712.376/0001-54, com sede à Rua Alfeu Nunes Cordeiro 88, na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, CEP 35440-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 110 de 22 de Março de 2000 e Decreto Legislativo nº 319/2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução de serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, no Diário Oficial da União.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011



José Geraldo da Costa - Diretor Presidente

Nome do representante entidade: José Geraldo da Costa
CPF: 858.134.786-04


**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG
CNPJ: 02.712.376/0001-54
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG**

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ sob o nº 02.712.376/0001-54, com sede à Rua Alfeu Nunes Cordeiro 88, na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, CEP 35440-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 110 de 22 de Março de 2000 e Decreto Legislativo nº 319/2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução de serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, no Diário Oficial da União.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011



José Geraldo da Costa - Diretor Presidente

Nome do representante entidade: José Geraldo da Costa
CPF: 858.134.786-04

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

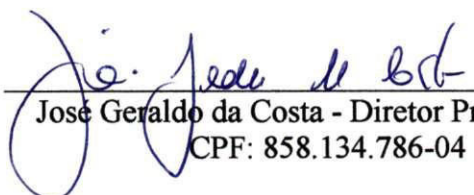
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

Declaração

Eu, José Geraldo da Costa, na qualidade de representante legal, declaro para os devidos fins que a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério encontra-se com as instalações e equipamentos conforme a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011



José Geraldo da Costa - Diretor Presidente
CPF: 858.134.786-04

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

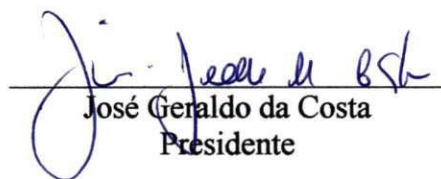
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da lei, na condição de Presidente da Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Dom Silvério, em Dom Silvério/MG, que qualquer interferência em outros Serviços de Telecomunicações devidamente legalizados, nossa emissora comunitária interromperá suas transmissões até a solução definitiva do problema.

Por ser verdade e para que produza os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Dom Silvério, 13 de dezembro de 2011.


José Geraldo da Costa
Presidente



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

BOA TARDE
JOSE GERALDO DA COSTA

Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIF. COMUNIT. DA CIDADE DE DOM SILVERIO
CNPJ: 02.712.376/0001-54

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:51:36 do dia 14/12/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/01/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.712.376/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG)			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE DE VASCONCELOS M.FILHO	NÚMERO 44	COMPLEMENTO	
CEP 35.440-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DOM SILVERIO	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **14/12/2011** às **16:14:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO – MINAS GERAIS

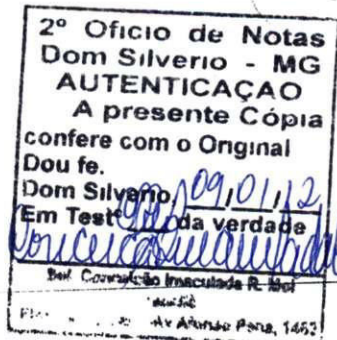
CERTIDÃO:

Certifico que o Estatuto da Associação de radiodifusão Comunitário da Cidade de Dom Silvério - MG. Datada de 07 de abril de 2011, foi Registrado no dia 14 de abril de 2011, sob o n.º 421, L.º A – 04.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério – MG, 14 de abril de 2011.

Selo n.º. ACA 03363.

Cartório do Registro Civil das P. Jurídicas.
Perpetua dos Santos Bastos Paiva – Oficiala.



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM
SILVÉRIO- MG.**

RUA JOSÉ DE VASCONCELOS MONTEIRO FILHO, 44

DOM SILVÉRIO- CEP: 35440-000 Minas Gerais

ESTATUTO

CAPÍTULO I

De Denominação, Sede, Duração e Fins

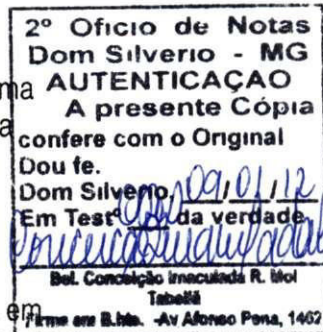
Art. 1º - A associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Dom Silvério-MG, cujo nome fantasia é Nossa Terra FM, fundada em 27/07/1998, tem sua sede à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, N. 44, centro, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, e se regerá por este estatuto.

Art.2º - A associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Dom Silvério-MG, é uma entidade civil sem fins lucrativos com o prazo de duração indeterminado e com o foro na comarca de Alvinópolis-MG, com personalidade jurídica distinta de seus associados.

Art.3º - A Associação tem por finalidades precípua:

I – Ser meio de comunicação social, através em folhetins, periódicos e ondas de rádios em frequência modulada de baixíssima potência e alcançar somente o município de Dom Silvério, com promoção de expressões e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

- a) Executar o Serviço de Radiodifusão;
- b) Realizar e divulgar programa social de interesse das comunidades carentes da região especialmente, jovens, idosos, crianças, grupos de mães, de deficientes físicos e população de baixa renda;
- c) Criar, manter e administrar atividades de programas de serviços à cultura e à educação, através de canais próprios de radiodifusão cultural e educativa, sem finalidades comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários, especialmente aqueles da letra anterior;
- d) Promover iniciativas e campanhas de cunho social e beneficente com a colaboração de entidades de programação e assistência social;
- e) Fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviços, centro de cultura, museus, bibliotecas e centro de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação;
- f) Incentivar a fundação de creches bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda instituir e conceder bolsas de estudo e estagiários;
- g) Instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas de radiodifusão, utilizando-se das instalações da associação;
- h) Patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de arte, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre à manutenção dos valores culturais da região;
- i) Preservar o folclore e os valores da região, bem como patrocinar espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- j) Estabelecer contatos com a emissora de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais, informativos e educativos;
- k) Imprimir revistas, livros e jornais para apoio e divulgação de suas atividades;
- l) Estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e cultura;
- m) Prestar serviços a terceiros sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da associação.



II – Promover a cultura nacional e notadamente a regional, zelar pelo civismo, moral e bons costumes, informações jornalísticas, participação ativa da comunidade em promoções e eventos, zelando pela saúde, educação, ecologia, crianças, adolescentes e idosos, com integração comunitária em divulgações do seu interesse, criando condições de trabalho e melhoria de vida à população de baixa renda e sem manutenção de vínculos que a subordine ou vincule estritamente as entidades político-partidárias, financeiras ou religiosas, à organismos externos contrários ao interesse comunitário e fins propostos;



III – Produzir programas de rádio e televisão, curso de comunicação popular em rádio, vídeo, jornal, cartilha e teatro.

IV- Incentivar com atuação constante a luta pela democratização dos meios de comunicação.

V- Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art.4º - Não poderá a entidade utilizar a rádio comunitária para fins políticos partidários ou para difusão de idéias que incentivem preconceitos de raça, religião e sexo ou estimulem a violência ou tenham finalidade publicitária.

Art.5º - Na sua programação, a rádio comunitária Nossa Terra FM assegurará espaço para a divulgação de planos e de realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, no desenvolvimento da comunidade.

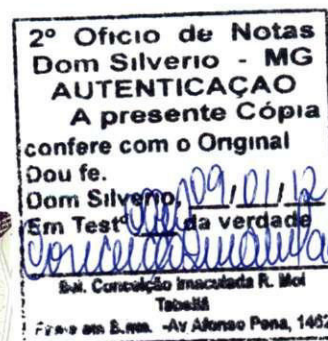
Art.6º - As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião; qualquer cidadão da comunidade de Dom Silvério a emitir opiniões sobre os assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideais, propostas, sugestões, devendo assim observar apenas o Art.4º do presente estatuto bem como momento adequado da programação para fazer o ponto.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Art.7º - A entidade compõe-se de associados das seguintes categorias:

- a) Fundadores;
- b) Amigos contribuintes;
- c) Pessoas jurídicas contribuintes.



§1º - São considerados fundadores todas as pessoas que constam na ata de fundação da entidade.

§2º - São considerados amigos contribuintes, moradores do município de Dom Silvério-MG, maiores de 21 (vinte e um anos) aceitos como associados após homologação da diretoria.

§3º - São considerados associados pessoas jurídicas contribuintes de todas as empresas ou associações que contribuam com doações ou donativos.

§4º - O ingresso, demissão e exclusão de associados são formalizados através da homologação pela Diretoria. Qualquer cidadão tem o direito de ser um associado desde que resida na localidade e sendo pessoa jurídica, não poderá em hipótese alguma ter fins lucrativos e deverá também ter sua sede situada na localidade de Dom Silvério; conferindo-lhes, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes.



§5º - Todos os dirigentes deverão por obrigação manter residência na localidade de Dom Silvério, enquanto representar a entidade

Art.8º - São direitos dos associados:

- Votarem e serem votados nas assembléias exceto as pessoas jurídicas contribuintes;
- Solicitar convocação de Assembléia Geral Extraordinária, mediante apresentação ao Presidente um requerimento ou abaixo assinado, expondo o motivo de tal convocação assinado por 1/3 (um terço) dos associados;
- Sugerir por escrito à diretoria ou a Assembléia Geral Ordinária, qualquer medida que julgar proveitosa para a associação ou reclamar providências sobre irregularidades que se dêem diversos ramos das atividades;

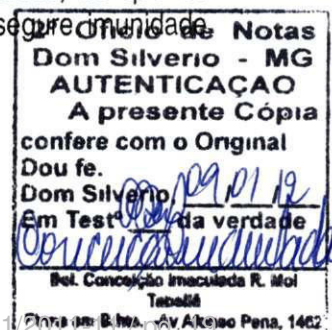
Art.9º - São deveres dos associados:

- Conhecer e cumprir o presente estatuto;
- Acatar as decisões da diretoria e Assembléias Gerais;
- Desempenhar com responsabilidade o seu trabalho, com zelo e dedicação nos cargos que lhe forem confiados;
- Zelar pela boa reputação da boa entidade;
- Zelar pela conservação e manutenção do patrimônio da associação;
- Estar em dia com suas contribuições;
- Comparecer a todas as Assembléias promovidas pela Associação.

Parágrafo 1º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade;

Parágrafo 2º - A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Parágrafo 3º - Somente poderão fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, de que os dirigentes não poderão estar em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.



Art.10º - Todo associado que infringir este estatuto e os preceitos do regulamento interno elaborado pela diretoria e aprovado pela Assembléia Geral, e cujo procedimento se torne prejudicial à entidade, sofrerá por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, umas das seguintes penalidades:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Suspensão temporária da utilização de qualquer benefício da associação;
- d) Exclusão do quadro social, cabendo deste ato, recurso por escrito para a primeira Assembléia Geral, que se realizar após a exclusão.



CAPÍTULO III

Da administração

Art.11º - A associação terá os seguintes órgãos administrativos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário;
- d) Conselho Fiscal;



CAPÍTULO IV

Das Assembléias Gerais

Art.12º - Anualmente realizar-se-á nos mês de fevereiro, a Assembléia Geral Ordinária, com a finalidade de:

- a) Conhecer, discutir e votar o relatório anual, balanço e contas da diretoria;
- b) Eleger membros da diretoria, observando-se as formalidades de renovação estabelecidas neste estatuto, sendo permitida a reeleição;
- c) Tomar conhecimento, discutir e votar as reclamações, moções ou recursos apresentados por escrito, com 05 (cinco) dias de antecedentes;
- d) Excluir os associados cujos procedimentos se tornem prejudiciais à entidade;

Art.13º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo presidente, com 08 (oito) dias de antecedência mediante edital afixado na sede da entidade ou convite por escrito e protocolado o seu recebimento, contendo a ordem do dia, ou seja, o assunto, dia, local e horário da mesma.

Art.14º - A Assembléia será presidida por um membro da diretoria e secretariada pelo primeiro ou segundo secretário, e na falta desses, por qualquer um dos associados presentes.

§1º - Salvo nos casos expressos, a Assembléia Geral poderá deliberar, validamente verificada a presença de metade mais um dos associados com o direito de voto, em primeira convocação e 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes, em segunda convocação.



§2º - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, podendo ser por aclamação ou votação a descoberto, se não for decidido o voto secreto.

§3º - As votações serão obrigatoriamente pessoais, não se permitindo o uso de procurações.

Art.15º - As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas e instaladas do mesmo modo que as Assembléias Gerais Ordinárias, e, serão requeridas quantas vezes forem necessárias.

Parágrafo Único – Será igualmente obrigatória a convocação da Assembléia Geral Extraordinária quanto solicitada por um grupo de associados representando pelo menos 1/3 (um terço) daqueles com direito de voto e trazendo a indicação dos motivos e dos fins da convocação.

Art.16º - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária a reforma deste Estatuto, assim como a decisão para oneração, alienação ou aquisição de imóveis ou para transigir sobre estes ou aqueles.

Parágrafo Único – Para a alteração deste estatuto será necessária a presença de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, sendo a alteração pelo quorum de 2/3 (dois terços) dos votos dos associados presentes. Verificada a falta do quorum na primeira convocação, será feita uma segunda convocação 05 (cinco) dias após a primeira, a qual poderá deliberar com qualquer número de associados presentes, sendo a decisão tomada por maioria dos votos.

Art.17º - A entidade promoverá reuniões quantas forem necessárias para esclarecimento e preparação dos associados, que não terá caráter de assembléia.

Parágrafo Único – Essas reuniões serão transcritas em um livro próprio sem caráter de Ata.

CAPÍTULO V

Da Diretoria

Art.18º - A direção da associação será exercida por uma diretoria composta por 07 (sete) membros, sendo: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e Diretor Técnico.

Art.19º - O mandato da diretoria terá duração de 03 (três) anos, sendo permitida apenas uma reeleição.

§1º - A posse dos novos diretores dar-se-á imediatamente após a eleição;

§2º - Na vacância do cargo de qualquer membro da diretoria, será preenchido por um dos membros na ordem estabelecida no art.18º. No caso do diretor técnico, este será indicado pelo presidente.



Art.20° - A diretoria se reunirá mensalmente, mediante a convocação do seu presidente, devendo nestas reuniões serem apresentados os balancetes da associação, elaborados pelos tesoureiros ou a pedido de três membros da diretoria mediante a convocação.

§1° - As reuniões serão dirigidas pelo presidente ou por um membro da diretoria por ele indicado.

§2° - Das reuniões da diretoria, serão lavradas atas em um livro próprio.

§3° - Para as reuniões extraordinárias far-se-á uma pauta convocando os membros da diretoria indicando o dia, hora, local e assunto, com antecedência de no mínimo, 72 (setenta e duas) horas.

§4° - A posse de qualquer membro da diretoria será automaticamente, sempre em reunião especialmente convocada pela mesma, que o termo de posse será lavrado em um livro próprio.

Art.21° - São atribuições da diretoria:

- a) Administrar a associação, cumprindo e fazendo cumprir seu Estatuto;
- b) Promover por todos os meios ao seu alcance, a consecução da finalidade social;
- c) Executar as deliberações da Assembléia Geral;
- d) Resolver a admissão e exclusão de associados;
- e) Fixar a quota-parte da contribuição dos associados;
- f) Aprovar o balancete mensal da tesouraria e autorizar despesas;
- g) Contratar, caso haja necessidade, peritos contadores para exame da escrita;
- h) Tomar conhecimento das sugestões e reclamações dos associados, notificando-os sobre as decisões tomadas;
- i) Decidir sobre casos eventuais, relevantes e de sua solução urgente e não previsto neste Estatuto, recorrendo o ofício para a primeira Assembléia Geral Ordinária;
- j) Indicar os membros do conselho comunitário;
- k) Aplicar penalidades;
- l) Nomear representantes ou procuradores para todo e qualquer ato em que figure a associação, no impedimento de seus representantes legais, e desautorizar quem agir ou falar em nome da associação sem prévio consentimento da diretoria;
- m) Elaborar relatório anual para ser submetido ao conhecimento, discussão e votação da Assembléia Geral Ordinária, fazendo dele constar a prestação de contas bem como todas as ocorrências do exercício findo.
- n) Preencher os cargos vagos da diretoria;
- o) Organizar o expediente e traçar suas normas de trabalho;
- p) Atender às necessidades de compras ou serviço dentro das possibilidades financeiras;
- q) Organizar os órgãos administrativos da associação;
- r) Admitir e demitir funcionários para quaisquer funções.

Art.22° - Por seus atos e cumprimento do Estatuto, a diretoria responderá exclusivamente perante a Assembléia Geral.

Art.23° - Compete ao presidente:

- a) Representar a associação em juízo ou fora dele;



- b) Convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- c) Convocar e instalar as seções da Assembléia Geral;
- d) Elaborar em nome da diretoria um relatório anual;
- e) Numerar e rubricar todos os livros da associação, assinando os termos respectivos;
- f) Assinar conjuntamente com o 1º Tesoureiro, escrituras públicas e particulares de alienação, aquisição e oneração de imóveis ou de direitos reais sobre móveis autorizados pela Assembléia Geral;
- g) Assinar conjuntamente com um dos Tesoureiros todo o documento que importe em obrigação para a associação, inclusive cheques, cauções e ordens de pagamento, bem como abrir conta em estabelecimento bancário em nome da entidade e sua livre movimentação;
- h) Assinar conjuntamente com um secretário, as atas de reuniões da diretoria, os diplomas e documentos que tenham fins de publicidade, depois de aprovados pela diretoria.

Art.24º - Compêete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o presidente no desempenho das suas funções;
- b) Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.



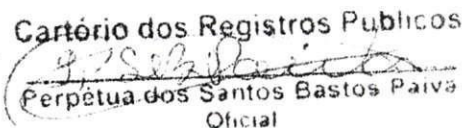
Art.25º - Compete ao secretário:

- a) Elaborar e ler em reuniões as atas da reunião anterior e demais papéis constantes no expediente;
- b) Ter a seu cargo a correspondência da associação;
- c) Manter em ordem o arquivamento da associação;
- d) Assinar conjuntamente com o presidente, as atas, os diplomas e documentos que tenham fins de publicidade;
- e) Afixar no quadro de avisos da associação as deliberações da Assembléia e da diretoria;
- f) Elaborar anualmente um relatório das atividades da secretaria para ser apresentada à diretoria.

Art.26º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Movimentar a caixa e fundos da entidade;
- b) Guardar valores, recolhendo à estabelecimentos bancários, as quantias em seu poder;
- c) Manter em dia a relação dos associados e controlar a cobrança das quantias correspondentes às quotas- partes de contribuição;
- d) Apresentar anualmente à diretoria o balanço geral das compras do ano social, que coincidirá com o ano civil, até 28 de fevereiro do ano seguinte;
- e) Apresentar mensalmente, à diretoria o balancete das compras;
- f) Assinar conjuntamente com o presidente todo o documento que importe em obrigação para a associação, inclusive cheques, cauções e ordens de pagamento.

Art.27º - Compete ao diretor técnico, zelar pelos equipamentos, instalações, elaborar plantas e emitir pareceres e bem assim sugerir e orientar a diretoria na aquisição de novos instrumentos.



CAPÍTULO VI

Do conselho comunitário

Art.28º - O conselho comunitário será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.4º da Lei Nº.9612, de 1998.

§1º - O conselho comunitário deverá encaminhar ao ministério das comunicações anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando entre outros aspectos o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

§2º - A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do conselho comunitário.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Fiscal

Art.29º - o conselho fiscal será constituído por 03 (três) membros com seus respectivos suplentes eleitos pela Assembléia Geral,

§1º - O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.

§2º - Em caso de vacância o mandato será assumido pelo respectivo suplente até o seu término.

Art.30º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;

II – Examinar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria emitindo um parecer;

III – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, extraordinariamente sempre que for necessário.

Art.31º - As atividades dos Diretores, dos Conselheiros Comunitários e De Conselho Fiscal, bem como dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer gratificação, bonificação ou outra vantagem qualquer.

Parágrafo Único – Exclui-se dessa restrição os que efetivamente exercem atividade essencial para o funcionamento da Rádio.

CAPÍTULO VIII

Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

Art.32° - o patrimônio da entidade é constituído:

I – Pelos legados que lhe forem feitos, doações e subvenções que lhe venham a ser destinados ou concedidos pela união, estados, municípios, particulares e entidades públicas ou privadas, do país ou do exterior;

II – Por direitos e rendas de seus bens e serviços;

III – Pelas contribuições dos associados amigos e associados pessoas jurídicas;

IV – Por aluguéis arrendamentos, leilões, rendas e proventos de qualquer natureza lícitos.

Art.33° - Em caso de dissolução da entidade, os bens serão revertidos a entidades congêneres em conformidade com os princípios estabelecidos por este Estatuto e por deliberação da Assembléia Geral.

Art.34° - A entidade poderá emitir patrocínio sob a forma de apoio cultural para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade de Dom Silvério-MG.

CAPÍTULO IX

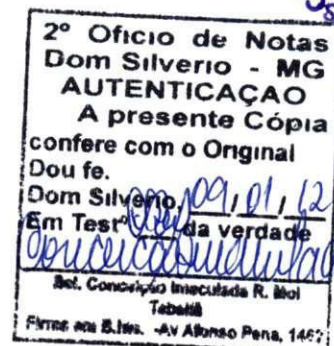
Disposições Gerais

Art.35° - O prazo de duração da presente associação será por tempo indeterminado. Sua extinção ocorrerá quando não estiver correspondendo aos seus objetivos e finalidades. Tal decisão deverá ser tomada em Assembléia Geral Extraordinária. Cabe a seus associados e diretores, o fiel cumprimento do presente Estatuto.

Art.36° - Excepcionalmente o mandato da primeira diretoria terá duração inferior a 3 (três) anos, terminando em 28 de fevereiro de 2001 (dois mil e um) quando ocorrerá a eleição para a nova diretoria.

Art.37° - os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, de acordo com as leis em vigor.

Art.38° - Toda a mudança reforma ou alteração do presente Estatuto ou toda a modificação na composição de sua diretoria, conselho fiscal e conselho comunitário são de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada por este fim. Estas reformas ou modificações deverão constar em ata que caracterizam as alterações mencionadas,



devidamente registradas ou averbadas na repartição competente dentro de 30 dias contados da sua efetivação, para fins de registro e controle.

Art.39° - Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação e deverá ser registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade de Dom Silvério, do Estado de Minas Gerais.

Dom Silvério, 07 de Abril de 2011.

DIRETOR PRESIDENTE:

JOSE GERALDO DA COSTA

VICE-PRESIDENTE:

GERALDO FERREIRA GOMES

SECRETÁRIO:

SEBASTIAO COTTA

2º SECRETÁRIO:

JOSÉ EDUARDO C. CORDEIRO

TESOUREIRO:

JURANDIR LOURENÇO FÉLIX

2º TESOUREIRO:

SÉRGIO DE FIGUEIREDO MOTTA

CONSELHO FISCAL:

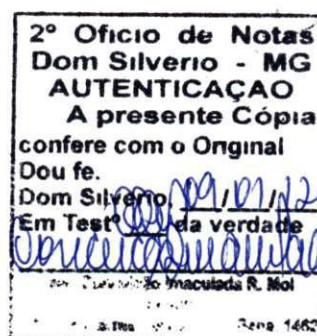
SEBASTIÃO SÉRGIO GOMES

CONSELHO FISCAL:

EXPEDITO DE ARAÚJO

CONSELHO FISCAL:

ROGÉRIO REBELO HORTA



SUPLENTE CONS. FISCAL:

Adriana S. Soares
ADRIANA DA SILVA SOARES

SUPLENTE CONS. FISCAL:

Adriana Claudia Cotta
ADRIANA CLAUDIA COTTA

SUPLENTE CONS. FISCAL:

Conceição AP. Moreira Guimarães
CONCEIÇÃO AP. MOREIRA GUIMARÃES

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Maria Aparecida Lessa Gomes
MARIA APARECIDA LESSA GOMES

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Adriano Soares Cotta
ADRIANO SOARES COTTA

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Sebastião Cotta
SEBASTIÃO COTTA

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Vicente Nascimento de Souza
VICENTE NASCIMENTO DE SOUZA

CONSELHO COMUNITÁRIO:

João Geraldo Geraldo da Costa
JOSE GERALDO GERALDO DA COSTA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO – MINAS GERAIS

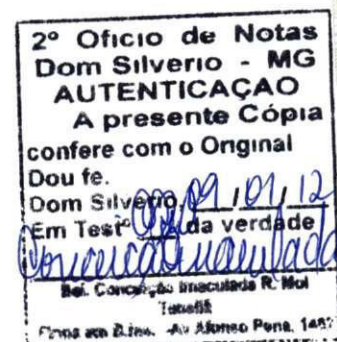
CERTIDÃO:

Certifico que a Ata da Assembléia Ordinária da associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério - MG, datada de 13 de janeiro de 2010, foi Registrada no dia 30 de dezembro de 2010, sob o n.º. 407, L.º. A – 04.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério – MG, 30 de dezembro de 2010.

Selo n.º. ACA 03335.

Cartório do Registro Civil das P. Jurídicas
Perpetua dos Santos Bastos Paiva – Oficial



2º Ofício de Notas
Dom Silvério - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silvério, 09/01/12
Em Teste da verdade
Conceição Inacassada R. Mol
Tabuão
Ferreira em B. J. de. - Av Afonso Pena, 14

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG). Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dez, às 19:00 (dezenove) horas, à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, sede da entidade, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG - CNPJ: 02.712.376/0001-54, convocada para a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. A Assembléia foi instalada pelo presidente da entidade, Sr. Rogério Rebelo Horta que convidou o sócio-fundador Geraldo Ferreira Gomes para secretariar os trabalhos. Em seguida o presidente explicou aos sócio-fundadores presentes, que, nos termos do edital de convocação, a Assembléia Geral Ordinária tinha por objetivo eleger a nova diretoria, membros de conselho fiscal e conselho comunitário para o período de 2010 a 2013. Após discussão e debates foram eleitas as seguintes pessoas para os seguintes cargos: **Presidente: José Geraldo da Costa**, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 858.134.786-04, portador da CI nº M.3459210-SSP/MG; **Vice-Presidente: Geraldo Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Souza Rocha nº 210, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 087.628.726-72 portador da CI 47471-OAB/MG; **Secretário: Sebastião Cotta**, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 44, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 163.605.086-72, portador da CI nº 41477-OAB/MG, **Segundo Secretário: José Eduardo Coura Cordeiro**, brasileiro, casado, odontólogo, residente à Rua Santos Tossige nº 86, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 789.477.076-00 portador da CI nº 15049-CRO/MG. **Tesoureiro: Jurandir Lourenço Félix**, brasileiro, casado, empresário, residente à Praça da Matriz nº 144, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.448.366-49, portador da CI nº M.10448989SSP/MG, **Segundo Tesoureiro: Sérgio de Figueiredo Motta**, brasileiro, casado, residente à Rua José de Souza Rocha 212, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 810.866.366-00, portador da CI nº M.18704621-9SSP/SP; **Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura**, brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua Antônio Alexandre da Cruz nº 169, em Dom Silvério – MG, Conselho Fiscal – Membros Efetivos:





Sebastião Sérgio Gomes, brasileiro, casado, médico, residente à Rua Joaquim Severiano Soares nº 160, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 196.290.956-53, portador da CI nº 09453-CRM/MG; Expedito de Araújo, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde nº 234, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.474.286-49, portador da CI nº M.743315-SSP/MG; Rogério Rebelo Horta, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Dr. Reis Cotta nº 38 em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 173. 099.216-15 portador da CI nº M. 313852-SSP/MG; Membros Suplentes: Adriana da Silva Soares, brasileira, casada, fonoaudióloga, residente à Rua José de Souza Rocha nº 270, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 693.923.827-15, portadora da CI nº M.4428280-41SSP/RJ; Adriana Cláudia Cotta, brasileira, casada, funcionária pública, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 65, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.736.486-49, portadora da CI nº M. 3.633.837-SSP/MG e Conceição Aparecida Moreira Guimarães, brasileira, solteira, comerciante, residente à Praça Vigário Felisberto 38, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.695.946-53, portadora da CI nº M.3437513-SSP/MG. Em seguida, o Sr. presidente da Assembléia declarou empossados os eleitos e deu por encerrada a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, desfazendo a mesa coordenadora. Ato contínuo, pelo Presidente eleito e empossado, Sr. José Geraldo da Costa, foram indicados os membros do Conselho Comunitário, representando as entidades legalmente constituídas da comunidade local que ficou assim composto: Maria Aparecida Lessa Gomes, brasileira, casada, cabeleireira, residente à Rua Joaquim Ribeiro Ferreira, 45 em Dom Silvério – MG, representando as Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, Adriano Soares Cotta, brasileiro, casado, aposentado, residente à Praça Presidente Vargas nº 87, em Dom Silvério – MG, pelo Sindicato Rural de Dom Silvério, Sebastião Cotta, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 44 em Dom Silvério – MG, pela Sociedade São Vicente de Paulo, Vicente Nascimento de Souza, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mato Dentro em Rio Doce-MG, pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE e José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, pelo Clube Campestre Saudense. Da decisão



de notas
Dom Silvério - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silvério, 09/01/12
Em Teste da verdade
Bel. Conceição Imaculada R. Mota
Tribunal



tomada pelo presidente, todos aceitaram o cargo por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente colocou a palavra livre e como ninguém se manifestou o presidente deu por encerrada os trabalhos, determinando que se lavrasse a presente ata, que vai por mim secretário assinada e pelos demais presentes. Dom Silvério, 13 de janeiro de 2010.

[Handwritten signatures]
Felix
Gant e Chap. Ribeiro x

[Handwritten signatures]
Vicente do Nascimento de Souza
Jose Eduardo Costa Under
Adriano S. Soares.

[Handwritten signature]
Conquimmarat
Adriano Soares Costa
Sebastião Serygon
Gualter Marcelo Costa
Maria Aparecida Feres Gomes



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

30

Declaração

Eu, José Geraldo da Costa, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67,3, do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos modelos do artigo 221, II da Constituição Federal.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011



José Geraldo da Costa - Diretor Presidente

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

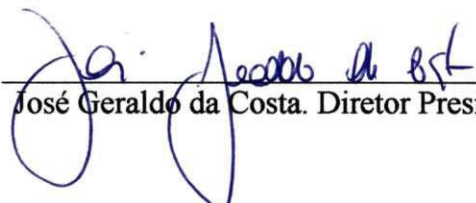
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG



Declaração

Declaro para os devidos fins de comprovação que Flaviane Nascimento, brasileira, solteira, radialista, residente à Rua Coronel Batista nº 167, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 036282586-69, portadora da CI nº – 10.464.386 exp. pela SSP/MG é a responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério. Em anexo estou enviando cópia dos documentos que provam sua nacionalidade.

Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011.


José Geraldo da Costa. Diretor Presidente

Min. das Comunicações
32
Fis.
Rubrica
SS - Setor

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FLAVIANE NASCIMENTO

Ng de Inscrição
036282586-69

Data do Nascimento
13/11/78



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **MG-10.464.386** DATA DE EXPEDIÇÃO **07/11/1995**

NOME
FLAVIANE NASCIMENTO

FILIAÇÃO
EMANUEL NASCIMENTO
APARECIDA GOMES NASCIMENTO

NATURALIDADE
PONTE NOVA-MG DATA DE NASCIMENTO
13/11/1978

DOC. ORIGEM **NASC. LV-2A FL-62**

DOM SILVERIO-MG

CPF
036282586-69

REI CHORRONES, MG
PII-1168

ASSINATURA DO DIRETOR

1.VIA

2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Test. da verdade
[Assinatura]
Bel. Conceição Inocência R. Mol
Tetuiá
Prma. em B.M. - Av. Afonso Pena, 1462

CARTÓRIO 2º OFÍCIO
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
Selo de Fiscalização
SER 21089

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

FLAVIANE NASCIMENTO

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : **13/03/96**

2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Test. da verdade
[Assinatura]
Bel. Conceição Inocência R. Mol
Tetuiá
Prma. em B.M. - Av. Afonso Pena, 1462

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
SER 21090
DE NOTAS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLGAR DIREITO



[Assinatura]

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Ao Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações

Este relatório foi lavrado como forma de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia a grade de programação da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, solicitada pelo Ministério das Comunicações, confirmando que esta entidade vem exercendo de forma legal o seu compromisso com a comunidade.

Funcionando de 05:00 a 22:00 de Domingo a Sábado, a emissora apresenta:

- Programa Sertanejo Bom Demais;
Um programa com Raízes Sertanejas e Sertanejo Moderno;
Notícias Agrícolas; e
Semanalmente em parceria com a Embrapa apresenta o Programa Prosa Rural.
- Programa Alta tensão;
Um programa de entretenimento com Músicas Variadas;
Horóscopo;
Dicas de Saúde;
Semanalmente em parceria da Rádio Nacional de Brasília apresenta o Programa Então Foi Assim; e também em parceria com a Rádio Câmara semanalmente apresenta o Programa Roda de Choro.
- Programa Livre;
Um programa de entretenimento com Músicas Variadas;
Notícias Esportivas;
Flash Back – Músicas do Passado.
- De 2ª Feira a Sábado com duração de 30 Minutos: Jornal do Dia – Notícias do município, do país e do mundo.
- As 4ª Feiras com duração de 30 Minutos, em parceria com a polícia militar: Programa Informativo PM – Dicas de trânsito, de segurança e informações sobre o trabalho da polícia no município.
- A emissora ainda concede espaço para as Instituições Religiosas que tem sede no município.
- Durante o horário de funcionamento em três edições diárias com duração de 3 a 5 minutos – Nossa Terra Notícias – Noticiário trazendo os principais e últimos acontecimentos do dia.

- Divulgação de Campanhas e Projetos do Município tais como:

Preservação do Canário Chapinha;

Combate ao alcoolismo – Grupo Caminhos do Bem;

Quem Dança é Mais Feliz – Aula de jazz para crianças e adolescentes de baixa renda;

Dom Silvério, Quem Ama Cuida – Mobilização quanto aos cuidados com o meio ambiente;

Aulas de violão e artesanato gratuitas para toda população;

Prestação de serviços - achados e perdidos, geração de emprego;

Projetos em parceria com a Câmara Municipal de Dom Silvério – Câmara na Escola e Câmara Mirim;

Campanha de Educação Ambiental; e


Divulgação de Atividades de Entidades Assistenciais (APAE, Creches, Sociedade São Vicente de Paulo, Entidades Esportivas, etc).


Ante o que foi apresentado, o Conselho Comunitário, conclui e reconhece que a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – Rádio Nossa Terra FM – vem efetuando com legalidade e com êxito o papel do qual se comprometeu de acordo com a Constituição Federal, sendo um veículo de expressão social da comunidade, divulgando: a cultura, a educação, a saúde, a segurança, a organização política e o meio ambiente; aperfeiçoando a democracia, a solidariedade social, a segurança coletiva e a cidadania.

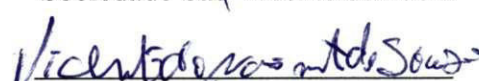
Dom Silvério, 13 de Dezembro de 2011.

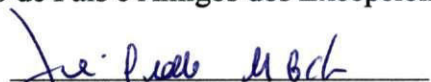

Maria Aparecida Lessa Gomes

Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde


Adriano Soares Cotta
Sindicato Rural de Dom Silvério


Sebastião Cotta
Sociedade São Vicente de Paula


Vicente Nascimento de Souza
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE


José Geraldo da Costa
Clube Campestre Saudense.

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO-MG

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – Centro

CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG



RELACÃO DE ASSOCIADOS

José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 858.134.786-04, portador da CI nº M.3459210-SSP/MG

Geraldo Ferreira Gomes, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Souza Rocha nº 210, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 087. 628.726-72 portador da CI 41.471-OAB/MG

Sebastião Cotta, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 44, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 163.605.086-72, portador da CI nº 41477-OAB/MG

José Eduardo Coura Cordeiro, brasileiro, casado, odontólogo, residente à Rua Santos Tossige nº 86, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 789. 477.076-00 portador da CI nº 15049-CRO/MG

Jurandir Lourenço Félix, brasileiro, casado, empresário, residente à Praça da Matriz nº 144, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.448.366-49, portador da CI nº M.10448989SSP/MG

Sebastião Sérgio Gomes, brasileiro, casado, médico, residente à Rua Joaquim Severiano Soares nº 160, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 196.290.956-53, portador da CI nº 09453-CRM/MG

Exedito de Araújo, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde nº 234, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.474.286-49, portador da CI nº M.743315-SSP/MG

Rogério Rebelo Horta, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Dr. Reis Cotta nº 38 em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 173. 099.216-15 portador da CI nº M. 313852-SSP/MG

Adriana da Silva Soares, brasileira, casada, fonoaudióloga, residente à Rua José de Souza Rocha nº 270, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 693.923.827-15, portadora da CI nº M.4428280-41SSP/RJ

Adriana Cláudia Cotta, brasileira, casada, funcionária pública, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 65, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.736.486-49, portadora da CI nº M. 3.633.837-SSP/MG

Conceição Aparecida Moreira Guimarães, brasileira, solteira, comerciante, residente à Praça Vigário Felisberto nº 38, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.695.946-53, portadora da CI nº M.3437513-SSP/MG

Benedito José Starling, brasileiro, casado, bioquímico, residente à Rua Marechal Teodoro nº 05, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 469.726.256-53, portador do CI nº M.3.342.892-SSP/MG

Júlio César Nardy Toledo, brasileiro, solteiro, engenheiro eletro-eletrônico, residente à Praça José Marinho Guimarães Nº 09, em Dom Silvério-MG, inscrito no CPF nº 469.755.1996-68 portador do CI 63856/D.CREA/MG.

Renato Trindade Teixeira, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Santos Tossige Nº 74, em Dom Silvério-MG, inscrito no CPF nº 086.318.716-34, portador do CI nº M.315.996-SSP/MG.

Patrício José Guimarães, brasileiro, solteiro, professor, residente à Rua Professor Estanislau Trindade Nº 83, em Dom Silvério-MG, inscrito no CPF nº 469.728.626-04, portador do CI nº M.3.737.086-SSP/MG.

Evandro Geraldo Araújo, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Santos Tossige Nº 75, em Dom Silvério-MG, inscrito no CPF nº 452.326.286.-15, portador do CI nº M.2.122.814-SSP/MG.

Romeu Guimarães, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde Nº 375, em Dom Silvério-MG, inscrito no CPF nº 127.483.406-63, portador do CI nº M.158.422-SSP/MG.

Luíza do Carmo de Jesus, brasileira, solteira, comerciante, residente à Rua Antônio Alexandre da Cruz Nº 232, em Dom Silvério-MG, inscrita no CPF nº 915.400.896-49, portadora do CI nº M.7.001.747-SSP/MG.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058131/11 Localidade/UF: Dom Silverio/MG
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Processo						
1.	A Entidade é uma:	Associação				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
FI. 04						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim				
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim				
Estatuto Social (Fls. 15/25) - registro à fl. 133 Ata de Eleição, datada de 13/01/2010 (Fls. 27/29) - registro à fl. 26						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim				
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Não				
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Não				
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
FI. 12						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 03 anos	Validade: 13/01/2013			
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
	JOSÉ GERALDO DA COSTA	858.134.786-04	Presidente	Não	Não	Não
	GERALDO FERREIRA GOMES	087.628.726-72	Vice-Presidente	Não	Não	Não
	SEBASTIÃO COTTA	163.605.086-72	Secretário	Não	Não	Não
	JOSÉ EDUARDO COURA CORDEIRO	789.477.076-00	2º Secretário	Não	Não	Não

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.058131/11 Localidade/UF: Dom Silverio/MG
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
JURANDIR LOURENÇO FÉLIX	056.448.366-49	Tesoureiro	Não	Não	Não
SÉRGIO DE FIGUEIREDO MOTTA	810.866.366-00	2º Tesoureiro	Não	Não	Não
GERALDO MARCELO COURA	000.000.000-00	Diretor Técnico	Não	Não	Não

Sede (Fl. 07) - Rua Alfeu Nunes Cordeiro, nº 88 (confirmar)
Fiel Cumprimento - Não consta
Certidão Negativa da Anatel - Fl. 11
Declaração de conformidade - Fl. 09
Declarações do Anexo 14 - Fl. 30
Certidões de regularidade fiscal - Não consta
Certidão de regularidade (INSS e FGTS) - Não consta
Declaração indicando os responsáveis pela gestão, área editorial e programação - Fl. 31 e 32
Relação de associados - Fl. 35
Relatório contendo a grade de programação da emissora - Fls. 33/34

13. Conclusão da Análise

Foram constatadas as seguintes pendências jurídicas:

- a) não foram encaminhadas as alíneas "e", "f.1", "f.2" e "g" da Norma 01/2011 e os comprovantes de residência dos novos dirigentes;
- b) não foram encaminhadas as certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral e a folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados dos dirigentes da entidade;
- c) Não foram encaminhadas as certidões de regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS; e
- d) a entidade deverá confirmar seu endereço de sede.

É o Relatório.



Natália Froemming
(Analista)

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058131/2011

Localidade/UF: DOM SILVÉRIO/MG

Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG)

Aviso: 0

Canal: 0

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas

Não

3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no

Não

4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro

Não

5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo

Não

6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as

Não

7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item

Não

8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o

Não

9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente

Não

10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?

Sim

11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de

Não

12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando

Sim

13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13

Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Nota Técnica n.º 2783/2012 e correspondente Ofício de Exigência - Laudo de Ensaio.

16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

Foram constatadas as seguintes pendências jurídicas:


a) não foram encaminhadas as alíneas "e", "f.1", "f.2" e "g" da Norma 01/2011 e os comprovantes de residência dos novos dirigentes;

b) não foram encaminhadas as certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral e a folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados dos dirigentes da entidade;

c) Não foram encaminhadas as certidões de regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS; e

d) a entidade deverá confirmar seu endereço de sede.

É o Relatório.


Cesar Segond Vasconcellos
Cesar Segond Vasconcellos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2783/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.058131/2011
Processo de Outorga nº 53710.000987/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Silvério / MG**, conforme Portaria de autorização nº 110, publicada no D.O.U. de 29/03/2000 e Decreto Legislativo nº 319, publicado no D.O.U. de 11/09/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração, assinada pelo representante legal, confirmando o endereço completo da sede da entidade;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

VI. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VIII. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da requerente, acompanhada do comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrentes desse ato, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 03 de dezembro de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Analista / Economista

Brasília, 3 de dezembro de 2012.



CESAR SEGOND VASCONCELLOS
Analista / Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2783/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4342 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Ao Senhor

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, nº 44 - Centro
35.440-000 Dom Silvério – MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058131/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058131/2011**, na localidade de **Dom Silvério / MG**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2783/2012**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta

EXIEN 02 53000.058131/11

Ministério das Comunicações
Fb. 41
Rubrica 7

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
CIDADE DE DOM SILVÉRIO**

**Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, n.44 – Centro
CEP 35.440-000 – DOM SILVÉRIO – MG**

Dom Silvério-MG, 11 de Janeiro de 2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 002884/2013-26

SEAPA/SCE

18/01/2013-08/25

Exma.Sra.

Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Ministério das Comunicações

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

BRÁSILIA - DF

Senhora Coordenadora,

Em atendimento ao ofício nº 4342/2012/CGRC/SCE-MC, solicitamos-lhe a especial gentileza de conceder prorrogação do prazo para envio da documentação relacionada na Nota Técnica nº 2783/2012, tendo em vista estar nossa entidade em processo de eleição de nova Diretoria.

Estamos também aguardando autorização para alteração de frequência que foi solicitada a esse órgão.

Atenciosamente,



JOSÉ GERALDO DA COSTA
PRESIDENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO – MINAS GERAIS**

CERTIDÃO:

Certifico que a Ata da Assembléia Ordinária da associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério - MG, datada de 13 de janeiro de 2010, foi Registrada no dia 30 de dezembro de 2010, sob o n.º 407, L.º A – 04.

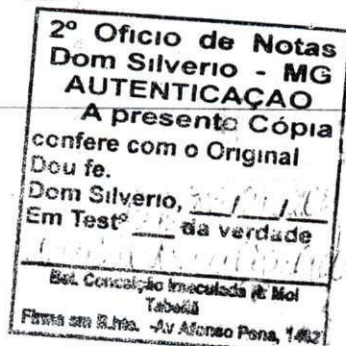
O referido é verdade do que dou fé.

Dom Silvério – MG, 30 de dezembro de 2010.

Selo n.º. ACA 03335.



Cartório do Registro Civil das P. Jurídicas.
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Perpétua dos Santos Bastos Paiva – Oficiala.



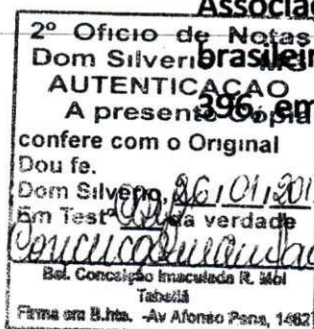
Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG). Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dez, às 19:00 (dezenove) horas, à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, sede da entidade, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG - CNPJ: 02.712.376/0001-54, convocada para a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. A Assembléia foi instalada pelo presidente da entidade, Sr. Rogério Rebelo Horta que convidou o sócio-fundador Geraldo Ferreira Gomes para secretariar os trabalhos. Em seguida o presidente explicou aos sócio-fundadores presentes, que, nos termos do edital de convocação, a Assembléia Geral Ordinária tinha por objetivo eleger a nova diretoria, membros de conselho fiscal e conselho comunitário para o período de 2010 a 2013. Após discussão e debates foram eleitas as seguintes pessoas para os seguintes cargos: Presidente: José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 858.134.786-04, portador da CI nº M.3459210-SSP/MG; Vice-Presidente: Geraldo Ferreira Gomes, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Souza Rocha nº 210, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 087.628.726-72 portador da CI 47471-OAB/MG; Secretário: Sebastião Cotta, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 44, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 163.605.086-72, portador da CI nº 41477-OAB/MG, Segundo Secretário: José Eduardo Coura Cordeiro, brasileiro, casado, odontólogo, residente à Rua Santos Tossige nº 86, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 789.477.076-00 portador da CI nº 15049-CRO/MG. Tesoureiro: Jurandir Lourenço Félix, brasileiro, casado, empresário, residente à Praça da Matriz nº 144, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.448.366-49, portador da CI nº M.10448989SSP/MG, Segundo Tesoureiro: Sérgio de Figueiredo Motta, brasileiro, casado, residente à Rua José de Souza Rocha 212, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 810.866.366-00, portador da CI nº M.18704621-9SSP/SP; Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura,



2º Ofício de Dom Silvério - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silvério, 13/01/2010
Em Teste da verdade
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Tabelião
Firma em B.Hta. - Av Afonso Pena, 1462

brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua Antônio Alexandre da Cruz
169, em Dom Silvério – MG, Conselho Fiscal – Membros Efetivos:

Sebastião Sérgio Gomes, brasileiro, casado, médico, residente à Rua Joaquim Severiano Soares nº 160, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 196.290.956-53, portador da CI nº 09453-CRM/MG; Expedito de Araújo, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde nº 234, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.474.286-49, portador da CI nº M.743315-SSP/MG; Rogério Rebelo Horta, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Dr. Reis Cotta nº 38 em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 173. 099.216-15 portador da CI nº M. 313852-SSP/MG; Membros Suplentes: Adriana da Silva Soares, brasileira, casada, fonoaudióloga, residente à Rua José de Souza Rocha nº 270, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 693.923.827-15, portadora da CI nº M.4428280-41SSP/RJ; Adriana Cláudia Cotta, brasileira, casada, funcionária pública, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 65, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.736.486-49, portadora da CI nº M. 3.633.837-SSP/MG e Conceição Aparecida Moreira Guimarães, brasileira, solteira, comerciante, residente à Praça Vigário Felisberto 38, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 469.695.946-53, portadora da CI nº M.3437513-SSP/MG. Em seguida, o Sr. presidente da Assembléia declarou empossados os eleitos e deu por encerrada a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, desfazendo a mesa coordenadora. Ato contínuo, pelo Presidente eleito e empossado, Sr. José Geraldo da Costa, foram indicados os membros do Conselho Comunitário, representando as entidades legalmente constituídas da comunidade local que ficou assim composto: Maria Aparecida Lessa Gomes, brasileira, casada, cabeleireira, residente à Rua Joaquim Ribeiro Ferreira, 45 em Dom Silvério – MG, representando as Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, Adriano Soares Cotta, brasileiro, casado, aposentado, residente à Praça Presidente Vargas nº 87, em Dom Silvério – MG, pelo Sindicato Rural de Dom Silvério, Sebastião Cotta, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho nº 44 em Dom Silvério – MG, pela Sociedade São Vicente de Paulo, Vicente Nascimento de Souza, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mato Dentro em Rio Doce-MG, pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE e José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, pelo Clube Campestre Saudense. Da decisão



tomada pelo presidente, todos aceitaram o cargo por unanimidade. seguir o Sr. Presidente colocou a palavra livre e como ninguém se manifestou o presidente deu por encerrada os trabalhos, determinando que se lavrasse a presente ata, que vai por mim secretário assinada e pelos demais presentes. Dom Silvério, 13 de janeiro de 2010.

[Handwritten signatures and notes]
Folha 45
Folha 46
Folha 47

[Handwritten signatures and notes]
João José de Brito
Vicente dos Anjos de Souza
José Eduardo Costa Mendes
Adriane S. Soares.

[Handwritten signatures and notes]
Adriano Soares Costa
Sebastião Sérgio
Genildo Norberto Costa
Márcia Aparecida Pessoa Gomes

2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio, 26/01/2010
Em Teste da verdade
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Tabela
Firma em B. Itap. - Av Afonso Pena, 1402



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 – BRASILIA DF.



AR



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO
Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, 44 – centro
35.440-000 - Dom Silvério - MG

LOF 1º

53710.000 987/1998
53000.058131/11

Análise 2

Dom Silvério, 03 de abril de 2013



Ilmo Sr.

Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 9º Andar
Brasília – DF
CEP 70.044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 038656/2013-94

DRMC/MG

01/07/2013-08:17

ASSUNTO: Nome Fantasia

A Associação de Radiofusão Comunitária da cidade de Dom Silvério (MG). CNPJ 02.712.376/0001-54, autorizada executar o serviço de Radiofusão Comunitária na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, solicita a autorização para utilizar o Nome Fantasia : DS FM

Respeitosamente,

Flaviane Nascimento
RG: MG 10.464386 SSPMG
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº 80 , bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafrfm@hotmail.com

Dom Silvério, 03 de abril de 2013.

Ilmo Sr.

Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 9º Andar
Brasília – DF
CEP 70.044-900



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 038657/2013-39

DR/MC/MG

01/07/2013-08:19

ASSUNTO: Alteração de quadro diretivo

A Associação de Radiofusão Comunitária da cidade de Dom Silvério (MG). CNPJ 02.712.376/0001-54, tendo em vista a realização da Ata de Assembleia Geral Ordinária em 13 de janeiro de 2013, tomaram posse os seguintes membros da diretoria:

- 1 – Presidenta : Flaviane Nascimento;
- 2 – Vice- Presidenta: Mariana Schittine de Souza;
- 3 – Tesoureiro: Maria do Carmo Teixeira Dias;
- 4 – 2ª Tesoureira : Luciana de Souza Silva ;
- 5 – Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura.

Em assim sendo solicitamos as providências no sentido de encaminhar ao setor competente para providências pertinentes, para tanto encaminhamos os seguintes documentos:

A) DA ASSOCIAÇÃO

- Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Comprovante de Regularidade com o FISTEL junto à Agência Nacional de Telecomunicações.;
- Cópia da Ata da Assembleia Ordinária realizada em 13 de janeiro de 2013.

B) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL PERTINENTE A :

- Endereço SEDE; Residência dos Dirigentes; Não execução de outros serviços de Radiofusão e Telecomunicações ; e, condições de Administração no que diz respeito a subordinação, comando ou orientação, etc.

C) DECLARAÇÃO FIRMADA PELOS MEMBROS DA DIRETORIA:

- Cumprimento da Lei 9612/98, Regulamento e Norma vigentes.



D) DOCUMENTOS AUTENTICADOS DOS MEMBROS DA DIRETORIA
ACIMA RELACIONADOS:

- Cópia autenticada do documento de identidade;
- Cadastro de Pessoa Física CPF;
- Atestado de Antecedentes fornecido pelo Instituto de Identificação;
- Certidão Negativa Cível e Criminal Federal;
- Certidão Negativa Cível de competência do Juizado Comum e Especial;
- Certidão Negativa Criminal de competência do Juizado Comum e Especial;
- Certidão Negativa de Protestos de Títulos e Documentos;
- Certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral;
- Declaração de residência e comprovante de endereço;
- Certidão Negativa de Protestos de Títulos e Documentos;
- Certidão de regularidade com a Justiça Eleitoral;

Do acima exposto requer apreciação de V.Sa. e encaminhamento ao Departamento competente para as devidas providências necessárias.

Respeitosamente,

Flaviane Nascimento
RG: MG 10.464386 SSPMG
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº80, bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterra@fm@hotmail.com

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL



Flaviane Nascimento, na qualidade de representante legal em exercício, na Associação de Radiofusão Comunitária de Dom Silvério (MG) - declaro para os devidos fins que:

- O endereço completo da sede da entidade se encontra no local denominado Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, nº 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais;
- Todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- A entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiofusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- A Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação ou que a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, em respeito ao disposto no art. 11 da lei 9612/98.

Dom Silvério, 03 de abril de 2013.

Flaviane Nascimento
RG: MG- 10464386
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº80, bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafrm@hotmail.com

DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO



Nós abaixo assinados, na qualidade de dirigentes da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG), declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento DA Lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Dom Silvério, 03 de abril de 2013.

FLAVIANE NSCIMENTO
RG: MG 10.464386 SSPMG
CPF 036.82.586-69
PRESIDENTA

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA
RG: MG 13.740.362 SSPMG
CPF: 066.136.376-70
VICE -PRESIDENTA

MARIA DO CAMO TEIXEIRA DIAS
RG: MG 498.3005 SSPMG
CPF: 860.591.496-34
TESOUREIRO

LUCIANA DE SOUZA SILVA
RG: M- 9.054.366 SSPMG
CPF: 031.136.626-05
2ª TESOUREIRA

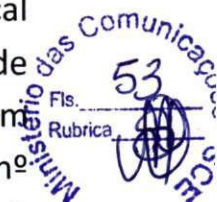
GERALDO MARCELO COURA
RG: M329406 SSP/MG
CPF: 132.042.116-49
DIRETOR TÉCNICO

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº 80 , bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3587- 1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafr@hotmai.com



Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG). Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e treze, às 20:00 (vinte) horas, à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, sede da entidade, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG - CNPJ: 02.712.376/0001-54, convocada para a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. A Assembléia foi instalada pelo presidente da entidade, Sr. José Geraldo da Costa que convidou o sócio-fundador Geraldo Ferreira Gomes para secretariar os trabalhos. Em seguida o presidente explicou aos sócio-fundadores presentes, que, nos termos do edital de convocação, a Assembléia Geral Ordinária tinha por objetivo eleger a nova diretoria, membros de conselho fiscal e conselho comunitário para o período de 2013 a 2016. Após discussão e debates foram eleitas as seguintes pessoas para os seguintes cargos: **Presidenta: Flaviane Nascimento**, brasileira, solteira, radialista, residente à Rua Coronel Batista nº 167, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 036.282.586-69, portadora da CI nº MG-10.464.386SSP/MG; **Vice-Presidenta: Mariana Schittine de Souza**, brasileira, casada, professora, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57A, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 066. 136.376-70 portadora da CI nº MG – 13.740.362/SSPMG; **Secretária: Denize Aparecida Ferreira**, brasileira, solteira, bacharel em ciências contábeis, residente à Rua Onório José da Silva nº 897, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 075.100.596-74, portadora da CI nº MG-13.220.132-SSP/MG; **Segunda Secretária: Maria da Conceição Ferreira Coelho**, brasileira, casada, autônoma, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 008. 326.046-31 portadora da CI nº M7029021 SSP/MG. **Tesoureiro: Maria do Carmo Teixeira Dias**, brasileira, casada, empresária, residente à Rua José Nunes Cordeiro nº 57, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 860.591.496-34, portadora da CI nº MG 4.983.005SSP/MG, **Segunda Tesoureira: Luciana de Souza Silva**, brasileira, solteira, residente à Rua Frei Matheus Rocha nº 116, em Dom Silvério – MG, inscrita CPF nº 031.136.626-05, portadora da CI nº M - 9054366 SSP/MG; **Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura**, brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua

Antônio Alexandre da Cruz nº169, em Dom Silvério – MG, Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Cecília Batista Santos, brasileira, casada, técnica de enfermagem, residente à Rua Dr. Francisco Joaquim de Paiva nº 15, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 053.460.556-73, portadora da CI nº M.7.210.549-SSP/MG; Expedito de Araújo, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde nº 234, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.474.286-49, portador da CI nº M.743315-SSP/MG; Edilaine Coelho Ferreira, brasileira, solteira, nutricionista, residente à Rua Glicério Lino Pereira nº 56A, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 071.619.086-98 portadora da CI nº MG 13.220.124-SSP/MG; Membros Suplentes: José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 858.134.786-04, portador da CI nº M.3459210-SSP/MG; Geraldo Ferreira Gomes, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Souza Rocha nº 210, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 087. 628.726-72 portador da CI 47471-OAB/MG; Gleison Ferreira Coelho, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57A, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 058.392.816-11, portador da CI nº MG-12040686 -SSP/MG e Afonso Junior de Souza, brasileiro, casado, autônomo, residente à Rua José Lino Pereira nº 570 , em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 707.538.226-87, portador da CI nº MG 7.239.744SSP/MG. Em seguida, o Sr. presidente da Assembléia declarou empossados os eleitos e deu por encerrada a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, desfazendo a mesa coordenadora. Ato contínuo, pela Presidenta eleita e empossada, Sra. Flaviane Nascimento, foram indicados os membros do Conselho Comunitário, representando as entidades legalmente constituídas da comunidade local que ficou assim composto: Maria Aparecida Lessa Gomes, brasileira, casada, cabeleireira, residente à Rua Joaquim Ribeiro Ferreira nº 45 em Dom Silvério – MG, representando as Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde; Jurandir Lourenço Félix, brasileiro, casado, empresário, residente à Praça da Matriz nº 144, em Dom Silvério – MG, representando o Sindicato Rural de Dom Silvério, Vicente Nascimento de Souza, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mato Dentro em Dom Silvério-MG, pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE e José Tomaz Pereira



Neto, brasileiro, solteiro, empresário, residente à Rua Santos Tossige nº 201, apto 201, em Dom Silvério – MG, pelo Clube Campestre Saudense. Da decisão tomada pela presidenta, todos aceitaram o cargo por unanimidade. A seguir a Sra. Presidenta colocou a palavra livre e como ninguém se manifestou a presidenta deu por encerrada os trabalhos, determinando que se lavrasse a presente ata, que vai por mim secretária assinada e pelos demais presentes. Dom Silvério, 13 de janeiro de 2013.

Ministério das Comunicações - SC
Fis. 54
Rubrica

Denize Ap. Ferreira Junior, Cecília Batista
Santos, Gláucia Ferreira Coelho; Esp. A. de Azevedo, Sponso
Junior de Souza, Maria da Conceição Ferreira Coelho, Tati Tomaz Pereira, etc.
Geraldo Marcelo Lima, Mariana Schittine de Souza
Alfredo Junior, Ju. Ju. e etc. Edilaine Coelho Ferreira
Luciana de Souza Silva, Adriane S. Soares
Vicente do Nascimento do Socorro, Luiz do Carmo de Souza
Ferreira, Adriana Cláudia Lotta, Cruz Maria
Aparecida Lessa Gomes, Afonso Maria Repolo, Rogério
Guimarães, Sebastião Sérgio, Fel. Patrício
José Guimarães;
Sebastião Lotta Ro, et. Rebellato.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO – MINAS GERAIS

CERTIDÃO:

Certifico que a “Ata de da Assembléia Geral Ordinária da Associação de radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG”, datada de 13 de janeiro de 2013, foi registrada no dia 01 de abril de 2013, sob o nº. 528. Lº. A-05.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério – MG, 01 de abril de 2013.

Selo nº. ACA 03636. Registro
Selos nº. AYG. 47925 a AYG. 47927. Arquivamento



Cartório do Registro Civil das P. Jurídicas.
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Perpétua dos Santos Bastos Paiva – Oficiala.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIF. COMUNIT. DA CIDADE DE DOM SILVERIO
CNPJ: 02.712.376/0001-54

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:25:34 do dia 24/06/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/07/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000592013-11025376

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE
DE DOM

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.


Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 24/06/2013.

Válida até 21/12/2013.

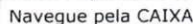
Certidão emitida gratuitamente.


Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**CAIXA**
Para você
para todos
os brasileiros

ACESSE SUA CONTA

[A CAIXA](#) | [REDE DE ATENDIMENTO](#) | [OUVIDORIA](#) | [DOWNLOAD](#) | [MAPA DO SITE](#) | [SEGURANÇA](#) | [IMPrensa](#) | [?](#)




Ajuda

Produtos e Serviços

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#)

:: Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está **REGULAR** perante o FGTS:

Inscrição: 02712376/0001-54
Razão Social: ASSOCIACAO RADIODIFUSAO COM DOM SILVERIO

Resultado da consulta em 24/06/2013 às 17:03:51


Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF


Consulte o Histórico do Empregador

Verifique a Renovação do CRF

[Dúvidas mais Frequentes](#)

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 25/06/2013 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 23/09/2013
NOME: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG)		
CNPJ/CPF: 02.712.376/0001-54		
LOGRADOURO: RUA José de Vasconcelos Monteiro Filho		NÚMERO: 44
COMPLEMENTO:	BAIRRO: Centro	CEP: 35440000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: DOM SILVERIO	UF: MG
<p>Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p>		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
<p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na internet, página da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (http://www.fazenda.mg.gov.br).</p>		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2013000028318177		





PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE CADASTRO E ARRECADAÇÃO



CERTIDÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários, que conforme os arquivos do Cadastro de ISSQN e/ou Licenças Diversas desta Prefeitura, constatei que a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO - CNPJ: 02.712.376/0001-54, situada nesta cidade à Rua Antônio Melo da Costa, 80 – São Geraldo, não possui lançamento nesta Prefeitura, não existindo, portanto nenhum débito para com os cofres desta municipalidade até a presente data.

CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ 27/08/2013.

Dom Silvério, 27 de junho de 2013.


Nilza C. Reis
Seção de Arrecadação
e Cadastro



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059103

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **FLAVIANE NASCIMENTO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 036.282.586-69**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h49, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 10:49

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **FLAVIANE NASCIMENTO**

Inscrição: **105358020299** Zona: 12 Seção: 53

Município: 44539 - DOM SILVÉRIO UF: MG

Data de Nascimento: 13/11/1978 Domiciliada desde: 15/02/1996

Filiação: APARECIDA GOMES NASCIMENTO
EMANUEL NASCIMENTO

Certidão emitida às 16:19 de 10/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

UHQI./YOF.FJJX.SAZU



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FLAVIANE NASCIMENTO

CPF: 03628258669

RG: 10464386/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:13:44

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

FLAVIANE NASCIMENTO

CPF: 03620258669

RG: 10464386/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:34:23

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FLAVIANE NASCIMENTO

CPF: 03628258669

RG: 10464386/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:14:39

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

FLAVIANE NASCIMENTO

CPF: 03628258669

RG: 10464386/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:33:30

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: FLAVIANE NASCIMENTO
Registro Geral: MG - 10464386
Nome do Pai: EMANUEL NASCIMENTO
Nome da Mãe: APARECIDA GOMES NASCIMENTO
Data de Nascimento: 13/11/1978
Naturalidade: PONTE NOVA / MG
Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 16 h. 31 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 08/04/2013

Autoridade Policial:

Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7433321

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

Cartório dos Registros Públicos
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Oficial

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PROTESTO
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO - MINAS GERAIS



PERPÉTUA DOS SANTOS BASTOS PAIVA, Oficiala
do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos
de dívida da cidade de Dom Silvério, Comarca de
Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei,
etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA

O requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os respectivos livros de **REGISTRO DE PROTESTO** e **APONTAMENTO** do arquivo, deles constatou não haver até a presente data, nenhum título apontado ou protestado contra **“FAVIANE NASCIMENTO”**, CPF: N°. 036.282.586-69, Portadora da cédula de identidade N°. MG – 10.464.386 SSP/MG, com sede em Dom Silvério – MG, Rua Coronel Batista, 167 – CEP: 35.440-000.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério-MG, 10 de abril de 2013.

Cartório dos Registros Públicos

Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Corregedora Geral de Justiça

Selo de Fiscalização
CERTIDÃO
AAI 81500

Oficiala do Registro de Protesto
Perpétua dos Santos Bastos Paiva - Oficiala

Dom Silvério, 10 de abril de 2013.



Eu, Flaviane Nascimento, inscrita no CPF N° 036.282.586-69 declaro que resido à Rua Coronel Batista, n° 167, bairro Centro, Dom Silvério- MG.

2º OFÍCIO

Flaviane Nascimento

FLAVIANE NASCIMENTO



2º OFÍCIO DE NOTAS	
Dom Silvério - MG	
RECONHECIMENTO(S) FIRMAS	
<i>Flaviane Nascimento</i>	
Dou fe. Dom Silvério, 10 de abril de 2013	
Em Teste da verdade:	
<i>Conceição Imaculada R. Moitabela</i>	
Bel. Conceição Imaculada R. Moitabela	
TABELIA	
Firma em B. Hte. - Av. Afonso Pena, 1482	



2º Ofício de Notas
Dom Silveiro - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia
confere com o Original
Dom Silveiro - MG
13/11/78
Em Teste da Verdade
Dom Silveiro - MG
Tabela
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Firma em B. Itm. - Av. Afonso Pena, 1462

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-10.464.386 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/11/1995

NOME
FLAVIANE NASCIMENTO

FILIAÇÃO
**EMANUEL NASCIMENTO
APARECIDA GOMES NASCIMENTO**

NATURALIDADE
PONTE NOVA-MG

DOC ORIGEM **NASC. LV-2A FL-62
DOM SILVERIO-MG**

DATA DE NASCIMENTO
13/11/1978

CPF
PII-1168

BELO HORIZONTE, MG
3EL. MARCIO BANDEIRA DE MENEZES
ASSINATURA DO DIRETOR

1.VIA

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FLAVIANE NASCIMENTO

Nº de Inscrição
036282586-69

Data de Nascimento
13/11/78

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Flaviane Nascimento
FLAVIANE NASCIMENTO

S E R P R O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 13/03/96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR
Flaviane Nascimento

CARTeira DE IDENTIDADE

28

POLGAR DIREITO

28

2º Ofício de Notas
Dom Silveiro - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia
confere com o Original
Dom Silveiro - MG
13/11/78
Em Teste da Verdade
Dom Silveiro - MG
Tabela
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Firma em B. Itm. - Av. Afonso Pena, 1462



Ministério das
Fis.
Rubrica
20
seção - SCS



CEMIG

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 08.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

EMANUEL NASCIMENTO
RUA CORONEL BATISTA 167 CS
CENTRO
35440-000 DOM SILVERIO, MG
CPF 127.500.006-10

Referente a
FEV/2013
Código de Débito Automático:
000010882363

Nº DO CLIENTE
7002522472

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 002605382 - PTA Nº16.000114527.70

Classificação	Medição	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	AAE708023949	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	3001088236
		11/01	08/02	11/03	13/02	19/02	

Tipo de Medição		Leitura Anterior		Informações Técnicas	Constante de Multiplicação		Consumo kWh
Energia		5.252		Leitura Atual	1		118
				5.370			

Informações Gerais	
Reajuste tarifário extraordinário - Percentual médio: Consumidor Cativo (-19,06%) / Residencial (-18,14%). Aplicação parcial conforme Res. nº 1.422, de 24/01/13. Leitura realizada conf. calendário de faturamento. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.	

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	118	0,55325567	65,27
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,36232714	

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
Ponte Nova Mês: 12/2012			
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	6,15	12,30	24,60
FIC 0,00	3,36	6,72	13,45
DMIC 0,00	3,63	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-
Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V			
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$35,34			

Informações de Faturamento			
Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas
Energia	13,93	21,34	Enc. Setoriais
Distribuição	23,07	35,35	Tributos
Transmissão	1,88	2,88	Total
			65,27 100,00

Histórico do Consumo			
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
FEV/13	118	4,21	28
JAN/13	126	4,06	31
DEZ/12	133	4,59	29
NOV/12	131	3,97	33
OUT/12	116	4,00	29
SET/12	154	4,67	33
AGO/12	122	4,07	30
JUL/12	124	4,28	29
JUN/12	139	4,34	32
MAI/12	119	4,25	28
ABR/12	133	4,29	31
MAR/12	163	4,94	33
FEV/12	122	4,21	29

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
17/03/2013	R\$ 65,27

Reservado ao Fisco			
2E32.5ECD.A02E.81BF.89F3.8C8E.4D4B.A2EC			
Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)
65,27	30	19,58	0,52
		COFINS (R\$)	
		2,42	



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059119

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **MARIANASCHITTINE DE SOUZA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 066.136.376-70**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h51, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 10:51



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIANA SCHITTINE DE SOUZA**Inscrição: **131594390272**

Zona: 12

Seção: 31

Município: 44539 - DOM SILVÉRIO

UF: MG

Data de Nascimento: 17/08/1985

Domiciliada desde: 10/04/2012

Filiação: ANA MARIA DE SOUZA SCHITTINE

MIGUEL SCHITTINE DO NASCIMENTO

Certidão emitida às 09:17 de 08/05/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não reemitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **GMGH.T85U.BFQJ.WM+F**



TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

CPF: 06613637670

RG: 13740362/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:15:19

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

CPF: 06613637670

RG: 137400362/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:35:39

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

CPF: 06613637670

RG: 13740362/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:15:39

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

CPF: 06613637670

RG: 13740362/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:35:01

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

Registro Geral: MG - 13740362

Nome do Pai: MIGUEL SCHITTINE DO NASCIMENTO

Nome da Mãe: ANA MARIA DE SOUZA SCHITTINE

Data de Nascimento: 17/08/1985

Naturalidade: DOM SILVERIO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 16 h. 36 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 08/04/2013

Autoridade Policial:



Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7433386

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PROTESTO
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO - MINAS GERAIS



PERPÉTUA DOS SANTOS BASTOS PAIVA, Oficiala do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos de dívida da cidade de Dom Silvério, Comarca de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA

O requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os respectivos livros de REGISTRO DE PROTESTO e APONTAMENTO do arquivo, deles constatou não haver até a presente data, nenhum título apontado ou protestado contra "MARIANA SCHITTINE DE SOUZA ", CPF: N°. 066.136.376-70, Portadora da cédula de identidade N°. MG – 13.740.362 SSP/MG, com sede em Dom Silvério – MG, Rua Ovídio Carvalho Barcelos, 57A – CEP: 35.440-000.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério-MG, 10 de abril de 2013.

Oficiala do Registro de Protesto

Perpétua dos Santos Bastos Paiva - Oficiala

Cartório dos Registros Públicos

Selo de Fiscalização

CERTIDÃO

Dom Silvério, 10 de abril de 2013.



Eu, Mariana Schittine de Souza, inscrita no CPF N° 066.136.376-70
declaro que resido à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, n° 57, bairro Santa
Rita, Dom Silvério- MG.

2º OFÍCIO

Mariana Schittine de Souza

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA



2º OFÍCIO DE NOTAS Dom Silvério - MG	
RECONHEÇO A(S) FIRMAS <i>Mariana Schittine de Souza</i>	
Dou fe. Dom Silvério, <i>08/05/2013</i>	
Em Teste	<i>[Signature]</i> da verdade.
Bel. Conceição Imaculada R. Mol TABELIA	
Firma em B. Hte. - Av. Afonso Pena, 1482	

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

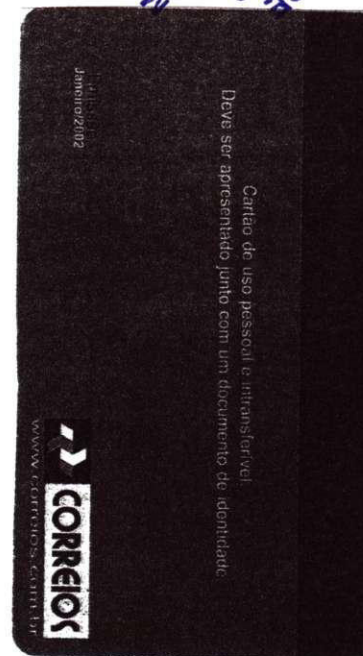
P. NOVA
 PE 2768

POLEGAR DIREITO

Mariana Schittine de Souza

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



2º Ofício de Notas
 Dom Silverio - MG
 AUTENTICAÇÃO
 A presente Cópia
 confere com o Original
 Dou fe.
 Dom Silverio
 Em Teste da verdade
 Bel. Concórdia Imaculada R. Mol
 Taboatã
 Fim em B. Ita. - Av Afonso Pena, 1462

18/06/13

Concórdia Imaculada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

066.136.376-70

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

17/08/1985

2º Ofício de Notas
 Dom Silverio - MG
 AUTENTICAÇÃO
 A presente Cópia
 confere com o Original
 Dou fe.
 Dom Silverio
 Em Teste da verdade
 Bel. Concórdia Imaculada R. Mol
 Taboatã
 Fim em B. Ita. - Av Afonso Pena, 1462

18/06/13

Concórdia Imaculada

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
 NOME NG-13.740.362 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/08/2001

MARIANA SCHITTINE DE SOUZA

FILIAÇÃO MIGUEL SCHITTINE DO NASCIMENTO

ANA MARIA DE SOUZA SCHITTINE

NASCIMENTO 17/8/1985

DOM SILVERIO-MG

NASC. LV-20A FL-131V

SEM-PEIXE-MG

Assinatura do titular

LEI Nº 116 DE 20/06/83





www.cemig.com.br/atendimento

Distribuição S.A.

Cemig - Companhia Saneamento

Trata com a Cemig 130



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

GLEISON FERREIRA COELHO
RUA OVIDIO C BARCELOS 57 CS A
SANTA RITA
35440-000 DOM SILVERIO, MG
CPF 058.392.816-11

Referente a
MAR/2013
Código de Débito Automático:
008013000693

Nº DO CLIENTE
7009429520

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 005541640 - PTA Nº16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residência 1 Básico	Residência 1	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	3010968210
		20/02	20/03	18/04	21/03	27/03	

Informações Técnicas						
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh	
Energia	APD092012575	2.466	2.604	1	138	

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 1.422, de 24/01/13
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	138	0,51421911	70,94
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,33090000	

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
Ponte Nova Mês: 01/2013			
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	6,03	12,06	24,12
FIC 0,00	3,36	6,72	13,45
DMIC 0,00	3,54	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-
Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V			
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$45,44			

Informações de Faturamento					
Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%	
Energia 14,88	20,98	Enc. Setoriais	4,14	5,84	
Distribuição 24,63	34,71	Tributos	25,28	35,64	
Transmissão 2,01	2,83	Total	70,94	100,00	

Histórico do Consumo			
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
MAR/13	138	4,93	28
FEV/13	146	5,03	29
JAN/13	171	5,18	33
DEZ/12	82	2,93	28
NOV/12	105	3,39	31
OUT/12	101	3,16	32
SET/12	102	3,40	30
AGO/12	112	3,39	33
JUL/12	109	3,76	29
JUN/12	102	3,40	30
MAI/12	107	3,82	28
ABR/12	94	2,85	33
MAR/12	106	3,21	33

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
11/04/2013	R\$ 70,94

Reservado ao Fisco
F110.F5EF.F520.6F52.CAED.9EF5.A570.1D6C

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
70,94	30	21,28	0,71	3,29



Ouvadoria CFMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059143

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **DENIZE APARECIDA FERREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 075.100.596-74**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h52, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 10:52



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

DENIZE APARECIDA FERREIRA

CPF: 07510059674

RG: 13220132/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:16:15

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

DENIZE APARECIDA FERREIRA

CPF: 07510059674

RG: 13220132/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:36:16

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

DENIZE APARECIDA FERREIRA

CPF: 07510059674

RG: 13220132/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:16:32

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

DENIZE APARECIDA FERREIRA

CPF: 07510059674

RG: 13220132/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:36:40

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
075.100.596-74

Nome
DENIZE APARECIDA FERREIRA

Nascimento
18/01/1985

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **MG-13.220.132** DATA DE EMISSÃO **09/2000**

NOME
DENIZE APARECIDA FERREIRA

FILIAÇÃO
MARIO LUCIO FERREIRA
ILMA FERREIRA PENA

NATURALIDADE
DOM SILVERIO-MG

DOC. ORIGEM
NASC. LV-A4 FL-9

CPF
DOM SILVERIO-MG

DATA DE NASCIMENTO
18/1/1985

Ministério das Comunicações - SCA
Fis. [assinatura]
Rubrica [assinatura]

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1. VIA



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Teste da verdade
27/06/13
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Tabelão
149 km B.Jto. - Av Afonso Pena, 1402

BOADOR NÃO PRESUNDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P. NOVA
PL. 81708

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR
Denize Aparecida Ferreira



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Teste da verdade
27/06/13
Bel. Conceição Imaculada R. Mol
Tabelão
149 km B.Jto. - Av Afonso Pena, 1402



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059180

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **MARIA DA CONCEICAO FERREIRA COELHO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 008.326.046-31**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h55, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 10:55



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO

CPF: 00832604631

RG: 7029021/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:17:02

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO
CPF: 00832604631 RG: 7029021/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:37:43

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO

CPF: 00832604631

RG: 7029021/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:17:32

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO

CPF: 00832604631

RG: 7029021/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:37:14

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
008.326.046-31

Nome
MARIA DA CONCEICAO FERREIRA COELHO

Nascimento
02/09/1958

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **M-7.029.021** DATA DE EXPEDIÇÃO **21/12/90**

NOME
MARIA DA CONCEICAO FERREIRA COELHO

FILIAÇÃO
**MARIO RIBEIRO FERREIRA
MARIA DE ARAUJO FERREIRA**

NATURALIDADE
DOM SILVERIO-MG DATA DE NASCIMENTO **02/09/58**

DOC ORIGEM
CAS.LV-1B FL-287V DOM SILVERIO-MG

CPF
008.326.046-31

BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO DIRETOR *[assinatura]* **PII-109**



**2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO**
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio **27, 06, 13**
Em Teste da verdade
[assinatura]
Bel. Conceição Inaculada R. 1601
Taboão
Pórtua em B. Ita. - Av. Afonso Pena, 1462



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII 109

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR *[assinatura]*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

36

ARTELCAV 27028 1107

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Novembro/2007

CORREIOS
www.correios.com.br



**2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO**
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio **27, 06, 13**
Em Teste da verdade
[assinatura]
Bel. Conceição Inaculada R. 1601
Taboão
Pórtua em B. Ita. - Av. Afonso Pena, 1462



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059197

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS**, ou vinculado(a) ao **CPF: 860.591.496-34**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 10h56, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 10:56

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS**

Inscrição: **000689280299** Zona: 12 Seção: 27

Município: 44539 - DOM SILVÉRIO UF: MG

Data de Nascimento: 07/11/1967 Domiciliada desde: 15/04/1986

Filiação: ALZEMIRA TEIXEIRA DIAS

JOAO MAURICIO DIAS

Certidão emitida às 16:05 de 10/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

MUTP.BIEF.TTPU.WKZU



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS

CPF: 86059149634

RG: 4983005/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:18:55

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que, revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS
CPF: 86059149634 RG: 4983005/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:38:54

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS

CPF: 86059149634 RG: 4983005/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:19:27

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS

CPF: 86059149634

RG: 4983005/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:38:24

VALÉRIA FRAGA MIZANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DE JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS

Registro Geral: MG - 4983005

Nome do Pai: JOAO MAURICIO DIAS

Nome da Mãe: ALZEMIRA TEIXEIRA DIAS

Data de Nascimento: 07/11/1967

Naturalidade: DOM SILVERIO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 16 h. 19 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 09/04/2013

Autoridade Policial:



Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7442238

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



Cartório dos Registros Públicos
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Oficial

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PROTESTO
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO - MINAS GERAIS



PERPÉTUA DOS SANTOS BASTOS PAIVA, Oficiala
do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos
de dívida da cidade de Dom Silvério, Comarca de
Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei,
etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA

O requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os respectivos livros de **REGISTRO DE PROTESTO** e **APONTAMENTO** do arquivo, deles constatou não haver até a presente data, nenhum título apontado ou protestado contra **"MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS"**, CPF: Nº. 860.591.496-34, Portadora da cédula de identidade Nº. MG – 4.983.005 SSP/MG, com sede em Dom Silvério – MG, Rua José Nunes Cordeiro, 57 – CEP: 35.440-000.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério-MG, 10 de abril de 2013.

Oficiala do Registro de Protesto

Perpétua dos Santos Bastos Paiva - Oficiala

Cartório dos Registros Públicos

Perpétua dos Santos Bastos Paiva

Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

Dom Silvério, 10 de abril de 2013.



Eu, Maria do Carmo Teixeira Dias, inscrita no CPF N° 860.591.496-34 declaro que resido à Rua Jose Nunes Cordeiro, n° 57, bairro Centro, Dom Silvério- MG.

2º OFÍCIO

Maria do Carmo Teixeira Dias

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS



2º OFÍCIO DE NOTAS	
Dom Silvério - MG	
RECONHEÇO A(S) FIRMAS	
<u>Conceição Imaculada R. Mol</u>	
<u>Teixeira Dias</u>	
Dou fe. Dom Silvério, 08 / 05 / 2013	
Em Teste	da verdade
<u>Conceição Imaculada R. Mol</u>	
Bel. Conceição Imaculada R. Mol	
TABELIA	
Firma em B. Hte. - Av. Afonso Pena, 1462	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFEGO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACÃO

NOME
MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS

DOC. IDENTIDADE / ORDEMADOR AF
4983005 SSP MG

CPF
860.591.496-34 DATA NASCIMENTO
07/11/1967

FUNÇÃO
JOAO MAURICIO DIAS
ALZEMIRA TEIXEIRA DIAS

SEXO
FEMININO ACC
CALHA
B

Nº REGISTRO
00657173177 VALIDADE
16/12/2016 1ª EMISSÃO
28/05/1998

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
537025785



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Sem Teste da verdade
Bel. Conceição Inocência R. Noli
Tabelião
Firma em B.Jm. - Av Afonso Pena, 1462

Ministério das Comunicações - SC
 Fis. 105
 Rubrica

COPASA

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS
 Companhia de Saneamento de Minas Gerais
 Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG / CEP.: 30.330-900
 CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Insc. Estadual: 062.000139.00-14
 DPSE/DTVP 678 312270054 01 08 03 280 000676

Conta Certa
 Distribuição
 9912284846/2011
 DR/MG
 COPASA
 CORREIOS

Pág.: 01/01

MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS
R JOSE NUNES CORDEIRO
CENTRO

57

CEP:35440-000
DOM SILVERIO

MG

REFERÊNCIA DA FATURA			IDENTIFICADOR USUÁRIO	MATRÍCULA
MÊS: 03/2013	Número 001.13.13142533-0	Data de Apresentação 14/03/2013	0 020 575 131 4	0 010 228 910 6

HIDRÔMETRO	LEITURA		CONSUMO FATURADO	PRÓXIMA LEITURA	QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS						
	Atual	Anterior			Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
Y09S 0026103	191 07/03/2013	188 05/02/2013	m³ 6 Litros 6.000 Dias de Consumo: 30	08/04/2013	Água				1		
					Esgoto						

HISTÓRICO DE CONSUMO				TARIFA							
				CÁLCULO COMERCIAL							
	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros	Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$ / Mil Litros Esgoto	Sub Total R\$
Mar/2013	6.000	30	200	MINIMO	6,00	1	6,00	—	19,98	—	19,98
Fev/2013	6.000	28	214								
Jan/2013	6.000	32	187								
Dez/2012	6.000	30	200								
Nov/2012	6.000	30	200								
Out/2012	6.000	32	187								
Sep/2012	6.000	29	206								
Ago/2012	6.000	30	200								
Jul/2012	13.000	33	393								
Jun/2012	6.000	29	206								
Mai/2012	6.000	29	206								
Abr/2012	6.000	32	187								
SOMA					6,00		6,00	0,00	19,98	0,00	19,98

Consumo médio: 2 m³

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO	
200 litros de água	
Água	Esgoto
R\$ 0,66	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS
 ÁGUA: CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, CONTROLE DE QUALIDADE, MANUTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DISPONIBILIDADE 19,98

ATENDIMENTO TELEFÔNICO	VENCIMENTO 05/04/2013	TOTAL A PAGAR *****R\$19,98
AGÊNCIA MAIS PRÓXIMA R DOMINGOS HENRIQUES 114, CENTRO De 10:30 as 12:00 TEL: 515	DEBITO AUTOMÁTICO BANCO DO BRASIL AG. 2032 FATURA VENCIDA EM 07/03/2013 LIQUIDADA	INFORMAÇÕES GERAIS 22 DE MARÇO, DIA MUNDIAL DA ÁGUA.

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Port. Nº 2914-Min. da Saúde-Dec. Nº 5440)						
Período:	Número de Amostras					
	Cloro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia Coli	Fluoreto	Turbidez
Mínimo	18	18	10	18	10	18
Analisadas	0	0	0	0	0	0
Fora Padrões	18	18	10	18	10	18
Dentro Padrões						

Observações: Significado dos parâmetros: vide verso

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número dessa fatura.				(Autenticar no verso)
MATRÍCULA 00102269106	NÚMERO DA FATURA 001.13.13142533-0	MÊS / REF. 03/2013	VENCIMENTO 05/04/2013	TOTAL A PAGAR *****R\$19,98

COPASA





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059308

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **LUCIANA DE SOUZA SILVA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 031.136.626-05**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 11h04, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 11:04



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **LUCIANA DE SOUZA SILVA**

Inscrição: **105361140230** Zona: 12 Seção: 55

Município: 44539 - DOM SILVÉRIO UF: MG

Data de Nascimento: 27/04/1977 Domiciliada desde: 31/05/1994

Filiação: MARISTELA SOUZA SILVA
GERALDO BATISTA DA SILVA

Certidão emitida às 12:55 de 26/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **K44Z.REØD.OVZK.BGWG**



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANADE SOUZA SILVA

CPF: 03113662605

RG: 9054366/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:20:00

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANA DE SOUZA SILVA

CPF: 03113662605

RG: 9054366/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:39:33

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANADE SOUZA SILVA

CPF: 03113662605

RG: 9054366/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:20:21

VALERIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

LUCIANA DE SOUZA SILVA

CPF: 03113662605

RG: 9054366/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:39:58

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: LUCIANA DE SOUZA SILVA

Registro Geral: M - 9054366

Nome do Pai: GERALDO BATISTA DA SILVA

Nome da Mãe: MARISTELA SOUZA SILVA

Data de Nascimento: 27/04/1977

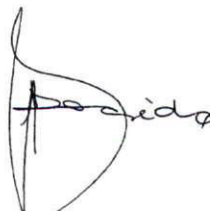
Naturalidade: ALVINOPOLIS / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 16 h. 25 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 09/04/2013

Autoridade Policial:



Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7442302

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

Cartório dos Registros Públicos
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Oficial

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PROTESTO
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO - MINAS GERAIS



PERPÉTUA DOS SANTOS BASTOS PAIVA, Oficiala
do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos
de dívida da cidade de Dom Silvério, Comarca de
Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei,
etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA

O requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os respectivos livros de **REGISTRO DE PROTESTO** e **APONTAMENTO** do arquivo, deles constatou não haver até a presente data, nenhum título apontado ou protestado contra **“LUCIANA DE SOUZA SILVA”**, CPF: N°. 031.136.626-05, Portadora da cédula de identidade N°. M – 9.054.366 SSP/MG, com sede em Dom Silvério – MG, Rua Frei Matheus Rocha, 116 – CEP: 35.440-000.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério-MG, 10 de abril de 2013.

Oficiala do Registro de Protesto
Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Perpétua dos Santos Bastos Paiva - Oficiala

Cartório dos Registros Públicos

Perpétua dos Santos Bastos Paiva
Corregedora Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

CERTIDÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII 109

14

POLGAR DIREITO

Luciana de Souza Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE DOM SILVERIO

2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO

A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Teste da verdade

Selo de Fiscalização
CAM 75462

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-9.054.366 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/10/94

NOME LUCIANA DE SOUZA SILVA

FILIAÇÃO GERALDO BATISTA DA SILVA
MARISTELA SOUZA SILVA

NATURALIDADE ALVINOPOLIS-MG

DOC ORIGEM NASC.LV-1A FL-95V DOM SILVERIO-MG

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

PII-109

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações - S. 124
Fls. 124
Rubrica

DATA DE NASCIMENTO 27/04/77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome LUCIANA DE SOUZA SILVA

Nº de inscrição 031136626-05

Data de Nascimento 27/04/77

2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO

A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Teste da verdade

Selo de Fiscalização
CAM 75462

Assinatura *Luciana de Souza Silva*

LUCIANA DE SOUZA SILVA

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em 21/12/94



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO

A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Teste da verdade

Selo de Fiscalização
CAM 75463



www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Distribuição S.A.

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322.136.008
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

JOSE CANAZART DA SILVA
RUA FREI MATEUS ROCHA 116 CS
CENTRO
35440-000 DOM SILVERIO, MG
CPF 034.630.226-99

Referente a
MAR/2013
Código de Débito Automático:
008002944620

Nº DO CLIENTE
7008846685



NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 005764492 - PTA Nº16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residência 1 Monofásico	Residência 1	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	3010531430
		20/02	20/03	18/04	21/03	27/03	

Informações Técnicas					
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia	AMC099036412	2.733	2.837	1	104

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 1.422, de 24/01/13
Leitura realizada conf. calendário de faturamento
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
vencimento das mesmas.

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Ponte Nova
Mês: 01/2013

Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	6,03	12,06	24,12
FIC 0,00	3,36	6,72	13,45
DMCI 0,00	3,54	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-

Tensão: Nominal=220/127 V Mín.=201/116 V Máx.=231/133 V
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$37,20

Informações de Faturamento

Item	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	11,21	20,97	Enc. Setorials	3,12	5,84
Distribuição	18,57	34,72	Tributos	19,06	35,65
Transmissão	1,51	2,82	Total	53,47	100,00

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
MAR/13	104	3,71	28
FEV/13	121	4,17	29
JAN/13	140	4,24	33
DEZ/12	139	4,96	28
NOV/12	130	4,19	31
OUT/12	110	3,44	32
SET/12	88	2,93	30
AGO/12	92	2,79	33
JUL/12	92	3,17	29
JUN/12	100	3,33	30
MAI/12	94	3,36	28
ABR/12	95	2,88	33
MAR/12	100	3,03	33

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	104	0,51421911	53,47

Encargos / Cobrança

Multa 2% conta de 01/2013 sobre R\$ 86,97	1,74
Juros mora 1% am+IGPM: 16 dia(s) sobre R\$86,97	0,60

Tarifas aplicadas (sem impostos)

Energia Elétrica kWh	0,33090000
----------------------	------------

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
17/04/2013	R\$ 55,81

Reservado ao Fisco
A23A.34BD.6626.8DD2.CA24.FF1A.96C0.5E79

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
53,47	30	16,04	0,54	2,48

Ouvindoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



Unidade de Leitura
14040502

Conta Contrato
008002944620

Vencimento
17/04/2013

Total a Pagar
R\$ 55,81

Março/2013

83610000000-6 55810138009-2 00282762111-7 08002944620-2





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 1059356

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **GERALDO MARCELO COURA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 132.042.116-49**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 11h07, 25/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 25/06/2013 11:07



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **GERALDO MARCELLO COURA**

Inscrição: **032047570264** Zona: 12 Seção: 28

Município: 44539 - DOM SILVÉRIO UF: MG

Data de Nascimento: 27/02/1946 Domiciliado desde: 15/04/1986

Filiação: GUILHERMINA QUEIROGA COURA
ANTONIO BARBOSA COURA

Certidão emitida às 13:35 de 12/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **3LRS.UULU.L5WM.T/BO**



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

GERALDO MARCELO COURA

CPF: 13204211649

RG: 329406/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:20:51

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

GERALDO MARCELO COURA

CPF: 13204211649

RG: 329406/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:40:53

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

GERALDO MARCELO COURA

CPF: 13204211649

RG: 329406/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:21:22

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

GERALDO MARCELO COURA

CPF: 13204211649

RG: 329406/MG

ALVINÓPOLIS, 03 de ABRIL de 2013 - 17:40:28

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM LOCAL - JESP CÍVEL/CRIME
R. MONSENHOR BICALHO BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000
ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



*
* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *
*

NOME : GERALDO MARCELO COURA
REGISTRO GERAL : VEJA OBSERVACAO ABAIXO
NOME DO PAI : ANTONIO BARBOSA COURA
NOME DA MAE : GUILHERMINA QUEIROGA COURA
DATA NASCIMENTO : 27/02/1946
NATURALIDADE : DOM SILVERIO / MG
NACIONALIDADE : BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, as 10 h. 39 min.,
no sistema de informacoes policiais da Policia Civil do Estado de
Minas Gerais, nao constam registros de antecedentes em desfavor da
pessoa acima qualificada.

OBSERVACAO: PESSOA NAO IDENTIFICADA CIVILMENTE NESTE ESTADO.
EMITIDO COM BASE NO DOCUMENTO QUE APRESENTOU:

- CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO - NR. 01566925181 - / MG

PONTE NOVA , 25/04/2013

ATENDIDO
POSTO DE IDENTIFICACAO
UAJ PONTE NOVA

AUTORIDADE POLICIAL:

X0112068

166941

Perpetua dos Santos Bastos Paiva
Oficial

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PROTESTO
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29
DOM SILVÉRIO - MINAS GERAIS

Ministério das Comunicações - SC
Fls. 123
Rubrica

PERPÉTUA DOS SANTOS BASTOS PAIVA, Oficiala
do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos
de dívida da cidade de Dom Silvério, Comarca de
Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei,
etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA

O requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em cartório os respectivos livros de **REGISTRO DE PROTESTO** e **APONTAMENTO** do arquivo, deles constatou não haver até a presente data, nenhum título apontado ou protestado contra **"GERALDO MARCELO COURA"**, CPF: N°. 132.042.116-49, Portadora da cédula de identidade N°. M – 329.406 SSP/MG, com sede em Dom Silvério – MG, Rua Antônio Alexandre da Cruz, 169 – CEP: 35.440-000.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério-MG, 10 de abril de 2013.

Perpetua dos Santos Bastos Paiva
Oficiala do Registro de Protesto
Perpétua dos Santos Bastos Paiva - Oficiala

Cartório dos Registros Públicos

Perpetua dos Santos Bastos Paiva
Oficiala do Registro de Protesto de Títulos e outros Documentos
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

CERTIDÃO

Dom Silvério, 10 de abril de 2013.



Eu, Geraldo Marcelo Coura, inscrito no CPF N° 132.042.116-49
declaro que resido à Rua Antonio Alexandre da Cruz, n° 169, bairro Centro,
Dom Silvério- MG.

2º OFÍCIO

Geraldo Marcelo Coura

GERALDO MARCELO COURA



2º OFÍCIO DE NOTAS	
Dom Silvério - MG	
RECONHEÇO A(S) FIRMAS <i>per autem</i>	
<i>Coura</i>	
Dou fe. Dom Silvério, 08 / 05 / 2013	
Em Teste <i>da verdade</i>	
<i>Conceição Inaculada R. Moi</i>	
Bel. Conceição Inaculada R. Moi	
TABELIA	
Firma em B. Hte - Av. Afonso Pena, 1432	

CÉDULA DE IDENTIDADE

ALVINÓPOLIS

POLÍCIA RURAL

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-329406

NOME **GERALDO MARCELO COURA**
Antônio Barbosa Coura
Guilhermina Queiroga Coura
Dom Silverio - MG

DATA DO NASCIMENTO 27/02/46

NATURALIDADE

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Test. da verdade
Bel. Conceição Imaculada R. Mai
Taboão
Praça em Esq. - Av Afonso Pena, 1462

Ministério das Comunicações - S.C.

Fis. 125

Rubrica

CIC

NASCIMENTO 21.02.46

INSCRIÇÃO NO CPF 132 042 116 49

CONTRIBUINTE

GERALDO MARCELO COURA

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

GERALDO MARCELO COURA



2º Ofício de Notas
Dom Silverio - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dou fe.
Dom Silverio
Em Test. da verdade
Bel. Conceição Imaculada R. Mai
Taboão
Praça em Esq. - Av Afonso Pena, 1462



www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Distribuição S.A.

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

GERALDO MARCELO COURA
RUA ANTONIO A DA CRUZ 169 CS
CENTRO
35440-000 DOM SILVERIO, MG
CPF 132.042.116-49

Referente a
MAR/2013
Código de Débito Automático:
000021796586

Nº DO CLIENTE
7002624759

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 005702361 - PTA Nº16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Bifásico	Residencial	ANTERIOR 20/02	ATUAL 20/03	PRÓXIMA 18/04	EMIÇÃO 21/03	APRESENTAÇÃO 27/03	3002179658

Informações Técnicas					
Tipo de Medição Energia	Medição AET982001744	Leitura Anterior 25.376	Leitura Atual 25.514	Constante de Multiplicação 1	Consumo kWh 138

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 1.422, de 24/01/13
Nota fiscal de 02/2013 quitada em 11/03/2013.
Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c.
Leitura realizada conf. calendário de faturamento
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
vencimento das mesmas.

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	138	0,51421911	70,94
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,33090000	

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Ponte Nova				
Mês: 01/2013				
Apurado Mensal		Mensal	Trimestral	Anual
DIC	0,00	6,03	12,06	24,12
FIC	0,00	3,36	6,72	13,45
DMIC	0,00	3,54	-	-
DICRI	0,00	12,22	-	-
Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V				
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$49,95				

Informações de Faturamento

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	14,88	20,98	Enc. Setoriais	4,14	5,84
Distribuição	24,63	34,71	Tributos	25,28	35,64
Transmissão	2,01	2,83	Total	70,94	100,00

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
MAR/13	138	4,93	28
FEV/13	187	6,45	29
JAN/13	188	5,70	33
DEZ/12	116	4,14	28
NOV/12	161	5,19	31
OUT/12	162	5,06	32
SET/12	149	4,97	30
AGO/12	207	6,27	33
JUL/12	202	6,97	29
JUN/12	242	8,07	30
MAI/12	173	6,18	28
ABR/12	207	6,27	33
MAR/12	221	6,70	33

Reservado ao Fisco

7CAA.85B6.F13B.1A46.61FC.ÇD94.05BE.4E5C

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
70,94	30	21,28	0,71	3,29

Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



Unidade de Leitura
14040502

Conta Contrato
000021796586

Vencimento
11/04/2013

Total a Pagar
R\$ 70,94

DÉBITO
AUTOMÁTICO

83650000000-2 70940138007-2 00443500711-9 00021796586-2





MAPA DE DOM SILVÉRIO
ESCALA 1/5.000



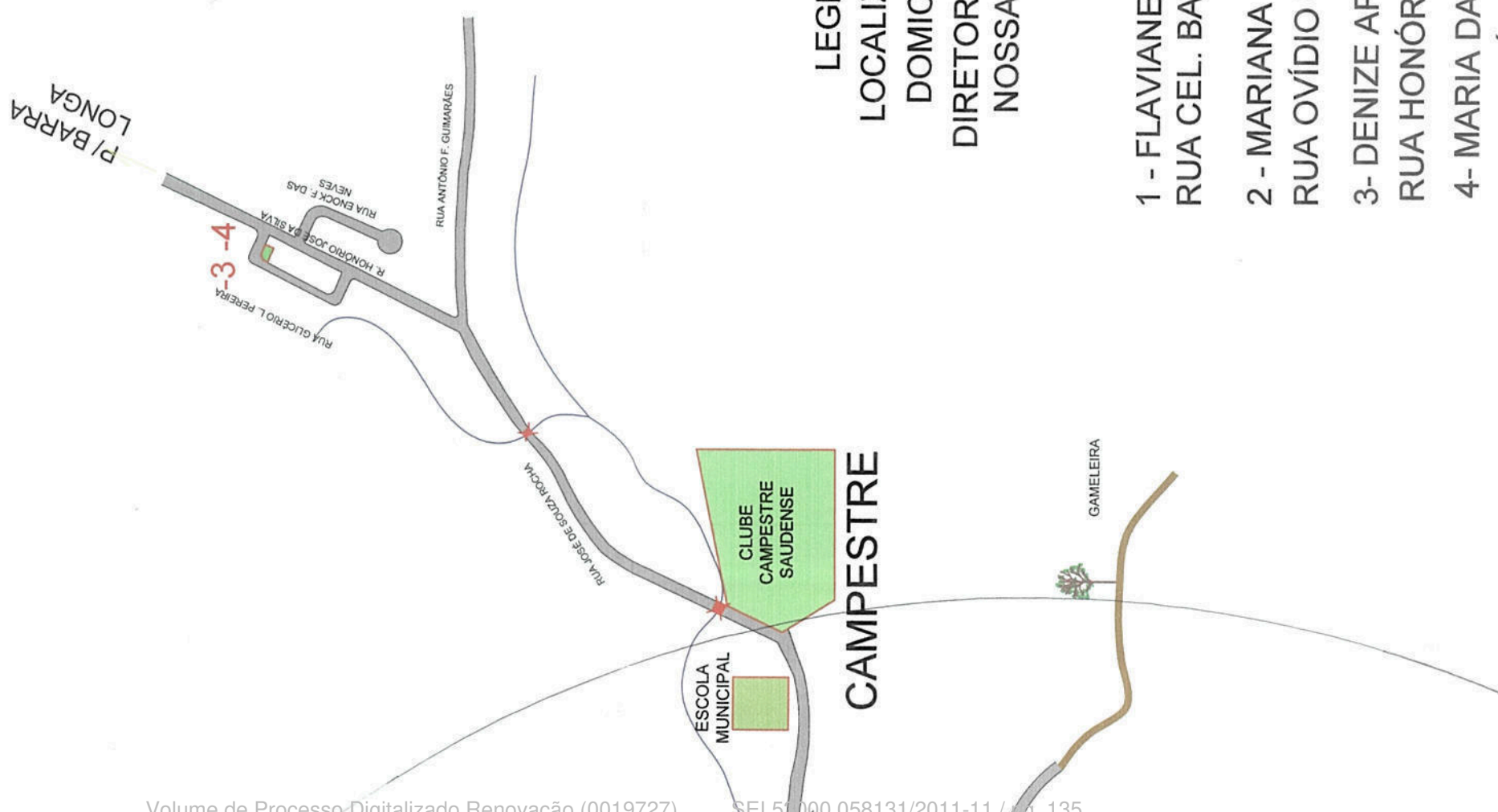
LOCALIZAÇÃO RADIO NOSSA TERRA - DOM SILVÉRIO/wg



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO
ENG. CIVIL - PEDRO MARTINO ZEFERINO
CREA 137.103/D

01/01

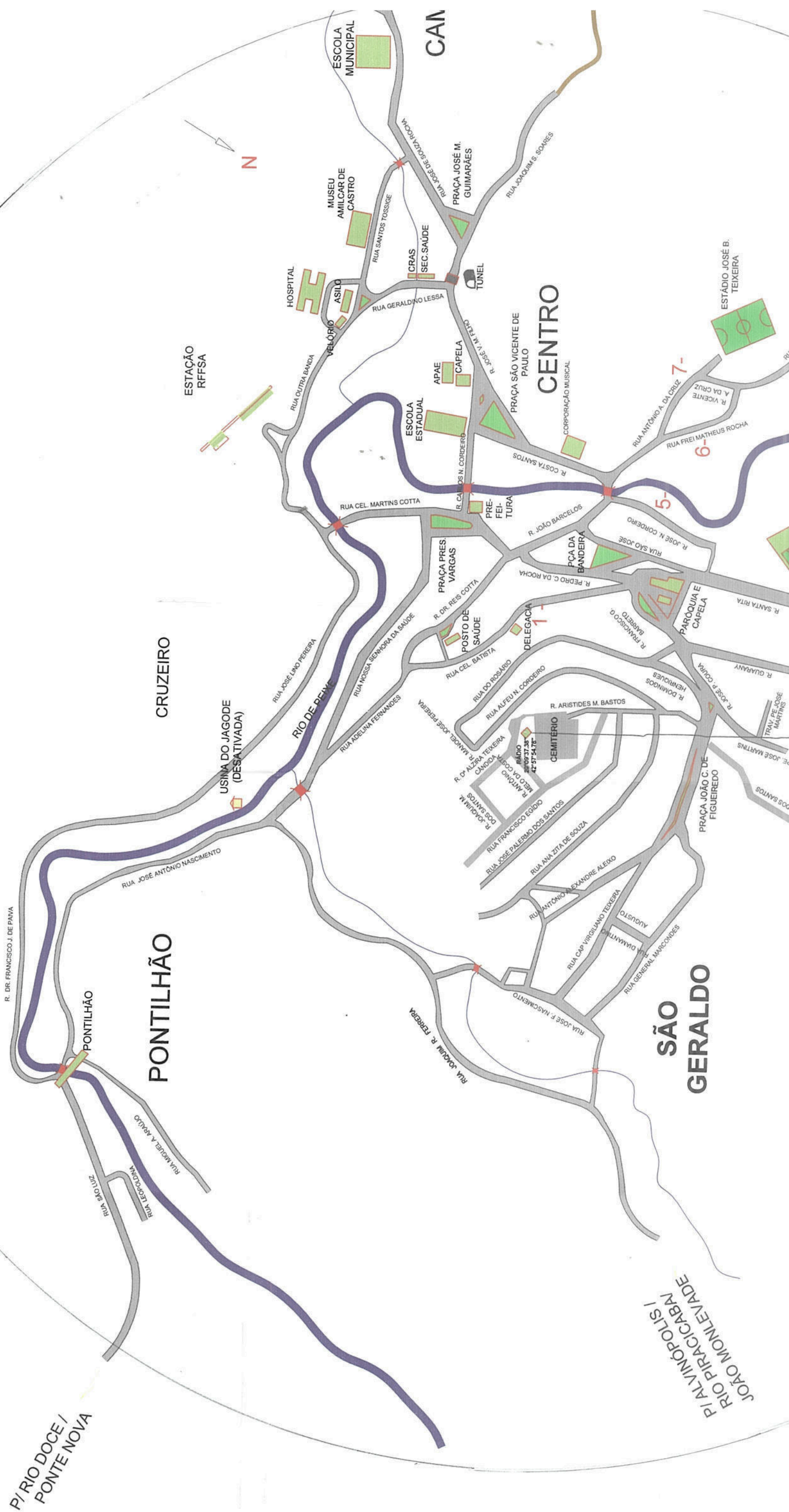
0

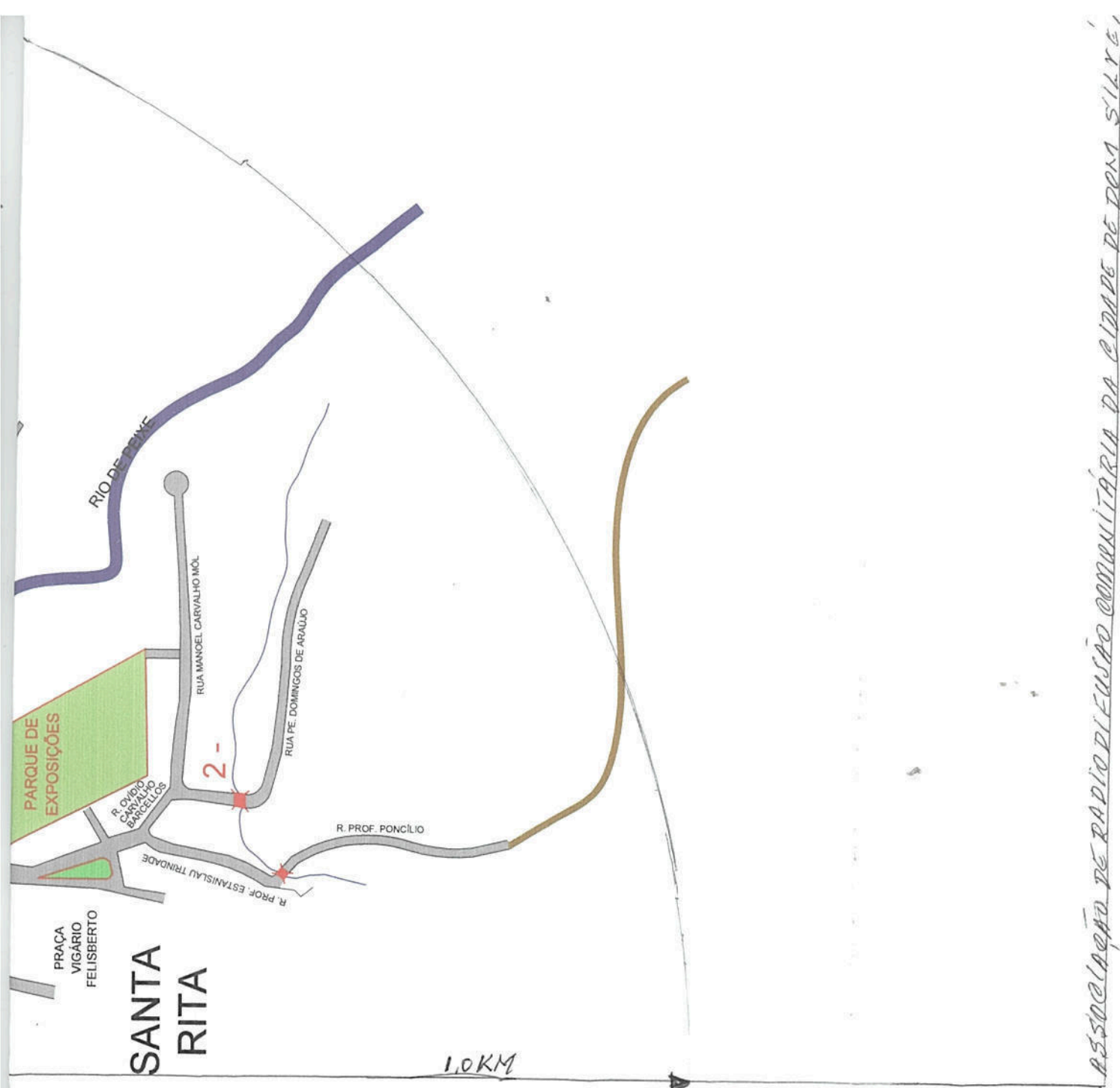


LEGENDA DE
LOCALIZAÇÃO DOS
DOMICÍLIOS DOS
DIRETORES DA RÁDIO
NOSSA TERRA FM

- 1 - FLAVIANE NASCIMENTO
RUA CEL. BATISTA, 167
- 2 - MARIANA SCHITTINE DE SOUZA
RUA OVÍDIO C. BARCELOS, 57A
- 3- DENIZE APARECIDA FERREIRA
RUA HONÓRIO JOSÉ DA SILVA, 897
- 4- MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COELHO







ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DE USUÁRIO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉ

- 5- MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS
RUA JOSÉ NUNES CORDEIRO, 57
- 6- LUCIANA DE SOUZA SILVA
RUA FREI MATHEUS ROCHA, 116
- 7- GERALDO MARCELO COURA
RUA ANTÔNIO ALEXANDRE DA CRUZ, 169

ÁREA DE INTERVENÇÃO

- RUA PAVIMENTADA
- ESTRADA DE TERRA
- PONTE
- CÓRREGO
- RIO DE PEIXE
- PRAÇA
- EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
- RÁDIO DS FM

MAPA DE DOM SILVÉRIO


Pedro Martino Zeferino
Engº Civil
CREA 137.103/MG

LOCALIZAÇÃO RADIO NOSSA TERRA – DOM SILVÉRIO/MG	01/01
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ENGº CIVIL – PEDRO MARTINO ZEFERINO CREA 137.103/D	0

ADR Remo

Dom Silvério, 23 de dezembro de 2013.

Ilmo. Sr.
Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios Bloco R
Brasília – DF
CEP 70.044-900



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 010575/2014-19

DRMC/MG

11/03/2014-15:02

searc


REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 53000.058131/2011

Prezado Senhor,

A Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, CNPJ nº 02.712.376/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, por sua representante legal, encaminha a V. Sa. o Laudo de Ensaio e Laudo de Vistoria, objetivando a complementação do Processo em epígrafe.

Em razão do não pronunciamento de seu pleito constante do protocolo nº 53000.001707/2012 os documentos que ora se apresenta manteve o canal originalmente autorizado.

Respeitosamente,


FLAVIANE NASCIMENTO
RG: MG10.464.386 SSP/MG
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA


Endereço para correspondência: Rua Antônio Melo da Costa nº 80 – Bairro São Geraldo
Cidade: Dom Silvério
Estado: Minas Gerais – CEP 35.440-000
Telefone para contato: (31) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail): nossaterrafr@hotmai.com

DECLARAÇÃO



Na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Dom Silvério, declaro que o Engenheiro Marco Polo Gambogi Alvarenga - CREA: 36.748/D, esteve no endereço denominado Rua Antônio Melo da Costa nº 80, Bairro São Geraldo, Dom Silvério, estado de Minas Gerais, no dia 18/12/2013, ensaiando o transmissor de frequência modulada, de fabricação Energia Equipamentos Eletrônicos Ltda, modelo: EFM 25C, série nº 201 com potência nominal de 25,0 W.

Dom Silvério, 23 de dezembro de 2013-12-28


FLAVIANE NASCIMENTO
RG: MG10.464.386 SSP/MG
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA

Endereço para correspondência: Rua Antônio Melo da Costa nº80 – Bairro São Geraldo
Cidade: Dom Silvério
Estado: Minas Gerais – CEP 35.440-000
Telefone para contato: (31) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail): nossaterrafrfm@hotmail.com





LAUDO DE ENSAIO

1. INTERESSADO:

1.1 Nome: Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

1.2 Endereço: Rua Antônio Melo da Costa nº 80 – Birro São Geraldo – Dom Silvério – Minas Gerais.

1.3 Nome e local da emissora a que se destina o transmissor: O mesmo.

2. ENSAIO:

2.1 Motivo: Renovação de Outorga de Autorização.

2.2 Endereço: Rua Antônio Melo da Costa nº 80 – Birro São Geraldo – Dom Silvério – Minas Gerais.

2.3 Data de realização: 18/12/2013.

3. FABRICANTE:

3.1 Nome: Energia Equipamentos Eletrônicos Ltda

3.2 Endereço: Extinta Contagem / MG

4. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR:

4.1. (X) – Principal

4.2. () – Auxiliar

5. MEDIÇÕES EFETUADAS:

5.1 FREQÜÊNCIAS:

a) Nominal: 87,9 MHz

b) Medida em ambiente normal: 87899999 Hz

c) Variação máxima durante 60 minutos: 1 Hz



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009

Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074

e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br


Eng. Responsável

5.2 Resposta de Áudio-freqüência (valores em dB)

Freq Modulação	25%			50%			90%		
	E	D	MONO	E	D	MONO	E	D	MONO
50	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3
100	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3
400	-0,1	-0,3	-0,2	-0,1	-0,3	-0,2	-0,1	-0,3	-0,2
1.000	0	-0,2	-0,3	0,	0,2	-0,3	0	-0,2	-0,3
5.000	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5
7.500	10,1	10,2	10,2	10,1	10,2	10,2	10,1	10,2	10,2
10.000	12,7	12,8	12,7	12,7	12,8	12,7	12,7	12,8	12,7
15.000	15,8	16,0	15,9	15,8	16,0	15,9	15,8	16,0	15,9

Valores com Pré-ênfase de 75 us

5.3 Distorsão Harmônica (valores em %)

Freq Modulação	25%			50%			90%		
	E	D	MONO	E	D	MONO	E	D	MONO
50	0,12	0,13	0,13	0,12	0,13	0,13	0,12	0,13	0,13
100	0,12	0,13	0,13	0,12	0,13	0,13	0,12	0,13	0,13
400	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
1.000	0,13	0,14	0,14	0,13	0,14	0,14	0,13	0,14	0,14
5.000	0,14	0,15	0,15	0,14	0,15	0,15	0,14	0,15	0,15
7.500	0,16	0,18	0,17	0,16	0,18	0,17	0,16	0,18	0,17
10.000	0,18	0,19	0,19	0,18	0,19	0,19	0,18	0,19	0,19
15.000	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009

Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074

e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br


 Eng. Responsável

5.4 Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 100% de modulação com 400 Hz:

- a) 100% : -64 dB
- b) 90% : D = -61 dB
E = -61 dB



5.5 Nível de ruído da portadora AM em relação a 100% de modulação em amplitude: -54 dB

5.6 Atenuação de harmônicos e espúrios:

- a) 2º Harmônico: -73 dB
- b) 3º Harmônico: -75 dB

5.7 Potência de Saída: 0,025 KW

Método Empregado: direto, na saída do transmissor e entrada da linha de transmissão.

5.8 Informações para estereofonia:

5.8.1 Gerador de estéreo: Incluso

- a) Fabricante: JWSAT
- b) Modelo: OMNICAL

5.8.2 Frequência de subportadora piloto:

- a) Medida: 19000 Hz
- b) Variação máxima da frequência em 60 minutos: +/- 1 Hz

5.8.3 Limite das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 9 %



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br

Eng. Responsável

5.9 Separação estereofônica e diafonia para 90% de modulação no canal principal e nos canais estereofônicos:

frequência (Hz)	Separação de Canal ESTEREOFONICA		Diafonia (dB)	
			E+D / E-D	E+D / E-D
	E	D	E	D
50	49	50	50	49
100	49	50	50	49
400	49	49	50	49
1.000	48	48	49	49
5.000	47	47	49	49
7.500	47	48	48	49
10.000	47	49	48	49
15.000	47	48	47	48

5.10 Informações específicas para canais secundários: **NÃO UTILIZA**

5.10.1 Gerador de sinal secundário:

a) Fabricante:

b) Modelo:

5.10.2 Medições:

a) Frequências centrais da subportadora:

b) Estabilidade em 60 minutos:

5.10.3 Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários:

5.11 Observações visuais no transmissor:

Placa de Identificação:

a) Fabricante: Energia Equipamentos Eletrônicos Ltda

b) Modelo: EFM-25C

c) Data de Fabricação: 07/01

d) N° de série: 2001

e) Potência nominal: 0,025 KW

f) Consumo 170 VA



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br

Eng. Responsável

- g) Frequência nominal: 87,9 MHz
h) Código de homologação: 0941/01



5.12 Medidores do estágio final de RF:

5.12.1 Corrente contínua:

	SIM	NÃO
Placa		
Coletor	X	
Escala	DIGITAL 0 à 2,2A	
Fabricante	ENERGIA	

5.12.2 Tensão contínua:

	SIM	NÃO
Placa		
Coletor	X	
Escala	DIGITAL: 0 à 12V	
Fabricante	ENERGIA	

5.12.3 Potência de Saída:

	SIM	NÃO
Placa		
Coletor	X	
Escala	DIGITAL: INCIDENTE 0 à 25 W	
Fabricante	ENERGIA	

5.12.4 Tomadas para amostra de RF:

	SIM	NÃO
Modulação	X	
Frequência	X	



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br


Eng. Responsável

5.12.5 Dispositivos de segurança pessoal:

Dispositivo	SIM	Não
De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão: Descrição Sumária: RESISTORES ELETROLÍTICOS NÃO POSSUI ALTA TENSÃO.		X
Gabinete metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas ao terra.	X	
Interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a componentes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 V, que desligam automaticamente essas tensões quando quaisquer dessas tampas forem abertas. NÃO POSSUI ALTA TENSÃO.		X
Possibilidade de serem executados, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 V, com todas as portas e tampas fechadas. NÃO POSSUI ALTA TENSÃO.		X

5.12.6 Dispositivos de proteção do transmissor:

Dispositivo	SIM	Não
Proteção contra falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado: possui micro ventilador.	X	
Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão: NÃO POSSUI ALTA TENSÃO. Dotado de sensores para proteção contra Sobre Carga, Temperatura e Potência Refletida.	X	


5.13 OBSERVAÇÕES:

**GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS**

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009

Tel: (31) 3223.1369, (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074

e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br


 Eng. Responsável



5.14 Instrumentos de medição utilizados:

Equipamento	Modelo	Precisão
Watímetro BIRD	43	2,0%
Frequencímetro MJF Interprises Inc	MJF 886	1,5 ppm
Gerador Seletivo Siemens	C 2008	0,2%
Medidor de Modulação Marconi	TF 2300 A	1,0%
Analizador de Distorção Darker & Williamson	410	2,0%
Osciloscópio Trio	CO 1303	1,0%
Voltímetro TRIO	CO 1303	1,0%
Monitor de Modulação TFT	753	2,0%
Medidor de Intensidade de Campos POTOMAC	FIM 71	1,0%
Analizador de Espectro Tektronix	7L12	1,0%



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
 Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
 e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br



 Eng. Responsável

DECLARAÇÃO




8

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere.

O presente Laudo consta de 09 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica , de que faço uso.


Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2013.


Engº Marco Polo Gambogi Alvarenga
CREA: 36.748/D



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br



Eng.Responsável



PARECER CONCLUSIVO

Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, declaro que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este Laudo de Ensaio na data em que foi realizado, atendia a todas as Normas Técnicas vigentes e a ele aplicáveis.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2013.



Engº Marco Polo Gambogi Alvarenga
CREA: 36.748/D



GMP – ENGENHARIA E SERVIÇOS

Av. Afonso Pena, 3924 / Salas 503/504 – Cruzeiro Belo Horizonte / MG CEP: 30.130-009
Tel: (31) 3223.1369 , (31)9976-9359 Fax: (31) 32254074
e-mail: gmp@gmponline.com.br – Site: www.gmponline.com.br

Eng.Responsável



Guia 1594576

RADCOM - Fundo de Ensino - cidade de São Sebastião

Página 1 de 1

**CREA-MG**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

Av. Alvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG

Recibo
do
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0	Vencimento 31/12/2013
Sacado GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA		Número do documento 1594576	Nosso número 00000000001594576
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor	(=) Valor do documento 45,00
			(-) Dedução
Demonstrativo		(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-36748/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201300000001554075 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 01594.576215 6 000000000004500			

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

357-333683553-6

23/DEZ/2013

HORA DE 17:07:39

LOT. 11,06229-9

TERM 019509

LOCALIDADE: BELO HORIZONTE

AG. VINCULADA: 0681

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 23/12/2013

VALOR DO PAGAMENTO: 45,00

0019458652 900000000001
01594576215 6 000000000004500

357-333683553-6

VIA DO CLIENTE

Loterias CAIXA

**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201300000001554075

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA

Título profissional:

ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Empresa contratada:

GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Registro: 29952

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE DOM SILVÉRIO**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Logradouro: **RUA JOSÉ DE VASCONCELOS M. FILHO**

Nº: 000044

Cidade: **DOM SILVÉRIO**Bairro: **CENTRO**

CEP: 35440000

UF: **MG**Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**Celebrado em: **10/12/2013**Valor: **2.500,00**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA ANTÔNIO MELO DA COSTA**

Nº: 000080

Cidade: **DOM SILVÉRIO**Bairro: **SÃO GERALDO**

CEP: 35440000

UF: **MG**Data de início: **10/12/2013** Previsão de término: **26/12/2013**Finalidade: **OUTRO**Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE DOM SILVÉRIO**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RÁDIO DIFUSÃO**1.00****un**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO DE LAUDO DE ENSAIO.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

23 de **dezembro** de **2013****MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA**

RNP: 1405246863

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CC CNPJ: 02.712.376/0001-54

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site

www.crea-mg.org.br ou **www.confea.org.br**

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.


VALOR DA OBRA: R\$ **R\$2.500,00.** ÁREA DE ATUAÇÃO:
TELECOMUNICAÇÃO,Valor da ART: **45,00**Registrada em: **23/12/2013**Valor Pago: **45,00**Nosso Número: **000000001594576****CREA-MG**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**www.crea-mg.org.br** | 0800.0312732

DECLARAÇÃO



Na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, declaro que o Engenheiro Marco Polo Gambogi Alvarenga - CREA: 36.748/D, esteve no endereço denominado Rua Antônio Melo da Costa nº 80, Bairro São Geraldo, Dom Silvério, estado de Minas Gerais, no dia 18/12/2013, vistoriando a Estação de Radiodifusão Comunitária objetivando o licenciamento da estação em novas características.

Dom Silvério, 23 de dezembro de 2013-12-28


FLAVIANE NASCIMENTO
RG: MG10.464.386 SSP/MG
CPF: 036.282.586-69
PRESIDENTA

Endereço para correspondência: Rua Antônio Melo da Costa nº80 – Bairro São Geraldo
Cidade: Dom Silvério
Estado: Minas Gerais – CEP 35.440-000
Telefone para contato: (31) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail): nossaterrafrfm@hotmail.com





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 001724/2001

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO - CNPJ: 02.712.376/0001-54		NR DA ENTIDADE 50014392525	
Nº DA ESTAÇÃO 631409025	SERVIÇO FM - COMUNITARIA	NAT. SERV. *****	LATITUDE 20S0936
			LONGITUDE 42W5804

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA ALFEU NUNES CORDEIRO, 88 .	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO DOM SILVERIO
	UF MG

CIDADE DA OUTORGA : Dom Silvério/MG NOME FANTASIA : ***** FREQÜÊNCIA : 87,9 MHz HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 05:00 a 22:00 - Dom. a Sáb. PERP MAXIMA : ***** W INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYC888 ESTÚDIO ENDEREÇO : RUA ALFEU NUNES CORDEIRO, 88 . CENTRO MUNICÍPIO : Dom Silvério TRANSMISSOR PRINCIPAL ENERGIA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTD CÓDIGO : 175400XXX0423 TRANSMISSOR AUXILIAR ***** CÓDIGO : ***** ANTENA FABRICANTE : IDEAL IND.COM. DE ANTENAS LTDA GANHO : ***** dBi DESCRIÇÃO : PLANO TERRA DE 1/4 DE ONDA COTA BASE DA TORRE : ***** m	Número Processo : 537100009871998 CANAL : 200 RAIO DA AREA DE SERVICO : 1.00 KM LOCALIDADE : ***** UF : MG MODELO : EFM-25C POTÊNCIA : 25,000 W MODELO : ***** W POTÊNCIA : ***** W MODELO : 1/4 DE ONDA POLARIZAÇÃO : Vertical ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 20.0 m
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

OBSERVAÇÕES

02.712.376/0001-54

EMITIDA EM

09/08/2004

VÁLIDA ATÉ

11/09/2011

Eunício Oliveira
Ministro das Comunicações



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

FLS: 001/001



DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nº Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO	CNPJ: 02.712.376/0001-54
Nome Fantasia: NOSSA TERRA FM	RFB: 50011392525
Serviço: RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM	UF: MG
Localidade: DOM SILVÉRIO	Classe PB:
Canal PB: 200 (duzentos) Canal OP: 200	Frequência PB: 87,9 MHz Frequência OP: 87,9 MHz
Nº Estação: 631409025	Indicativo: ZYC888
	Telefone (Sede):

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO Logradouro: RUA ALFEU NUNES CORDEIRO, 88 Localidade: DOM SILVÉRIO Latitude: 20° 09' 36" 00" S Longitude: 42° 58' 04" 00" W		Número: . Bairro: CENTRO UF: MG Cota da Base da Torre: metros
EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO		
1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL Fabricante: ENERGIA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Modelo: EFM-25C Código de homologação: 175400XXX0423 Potência Operação: 25 W	2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR Fabricante: Modelo: Código de homologação: Potência Operação: W	
3 - ANTENA PRINCIPAL Fabricante: IDEAL IND.COM. DE ANTENAS LTDA Modelo: 1/4 DE ONDA GMAX: dBd Polarização: Vertical HCl: 20 metros Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): ° Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: ° em relação ao norte verdadeiro Descrição da Antena: PLANO TERRA DE 1/4 DE ONDA	2.4 - ANTENA AUXILIAR Fabricante: *** Modelo: *** GMAX: *** Polarização: *** HCl: *** Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): *** Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: ***** Descrição da Antena: ***	
2.5 - LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL Fabricante: Modelo: Comprimento: m Impedância: Ohms Atenuação: dB/100m	2.6 - LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR Fabricante: *** Modelo: *** Comprimento: *** Impedância: *** Atenuação: ***	
3 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (apenas para FM) AZIMUTE(graus) HSNMT(metros) P (kW)		VM **** **** ****
4 - OBSERVAÇÕES: ***		

Legenda

GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação.
HCl: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.

LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

1 - ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: RUA ALFEU NUNES CORDEIRO, 88
Número: .
Bairro: CENTRO
Localidade/UF: Dom Silvério/MG

5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR

Logradouro: ***
Número: ***
Bairro: ***
Localidade/UF: ***

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	05:00	22:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

Data da Emissão:
15/02/2014 13:06:13

Tela Inicial

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O D E R A D I O D F U S Ã O C O M U N I

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

T Á R I A D A C I D A D E D E D O M S I L V E R I O

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

CNPJ

D S F M 0 2 7 1 2 3 7 6 0 0 0 1 5 4

Portaria de Autorização Nº 472 DE 22/08/2001 Publicada no DOU de 31 de agosto de 2001.

Decreto Legislativo Nº 464 de agosto de 2003 Publicada no DOU de 07 de agosto de 2003.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R J O S É D E V A S C O C E L O S M F I L H O 4 4

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O D O M S I L V É R I O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G 2 0 ° 0 9 ' 4 9 " S 4 2 ° 5 8 ' 0 6 " W

- A sede da localidade encontra-se a menos de 1 Km do Sistema Irradiante? NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRDIANTE SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A A N T Ô N I O M E L O D A C O S T A N ° 8 0

BAIRRO

CIDADE

S Ã O G E R A L D O D O M S I L V É R I O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G 2 0 ° 0 9 ' 3 8 2 S 4 2 ° 5 7 ' 5 5 " S

- São as mesmas coordenadas que contam na última licença expedida? NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida? NÃO ☒

SIM ☐

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A A N T Ô N I O M E L O D A C O S T A N ° 8 0

BAIRRO

CIDADE

S Ã O G E R A L D O D O M S I L V É R I O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G 2 0 ° 0 9 ' 3 8 2 S 4 2 ° 5 7 ' 5 5 " W

9. INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA



Watímetro BIRD	43	2,0%
Frequencímetro MJF Interprises Inc	MJF 886	1,5 ppm
Gerador Seletivo Siemens	C 2008	0,2%
Medidor de Modulação Marconi	TF 2300 A	1,0%
Analizador de Distorção Darker & Williamson	410	2,0%
Osciloscópio Trio	CO 1303	1,0%
Voltímetro TRIO	CO 1303	1,0%
Monitor de Modulação TFT	753	2,0%
Medidor de Intensidade de Campos POTOMAC	FIM 71	1,0%
Analizador de Espectro Tektronix	7L12	1,0%

10. DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M a r c o P o l o G a m b o g i A l v a r e n g a

ENDEREÇO

A v . A f o n s o P e n a 3 9 2 4 S a l a 5 0 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C r u z e i r o

CIDADE

B e l o H o r i z o n t e

UF

M G

REG CREA

3 6 7 4 8 / D

FORMAÇÃO

E n g I n d u s t E l e t r i c i s t a

MAIL

g m p @ g m p o n l i n e . c o m . b r

CEP

3 0 1 3 0 - 0 0 9

TELEFONE

3 1 - 3 2 2 3 1 3 6 9

FAX

LOCAL

B e l o H o r i z o n t e

DATA

2 3 / 1 2 / 2 0 1 3

ASSINATURA



Cuia 1594537 *RADCOM - Lando de Lido - Cedente:*
Don Silveira

Página 1 de 1



CREA-MG

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

Av. Alvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG

Recibo
do
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0	Vencimento 31/12/2013
Sacado GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA		Número do documento 1594537	Nosso número 00000000001594537
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor	(=) Valor do documento 45,00
			(-) Dedução
Demonstrativo		(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-36748/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201300000001554036 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 01594.537217 1 00000000004500			

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap
357-333683557-9
23/DEZ/2013 HORA DE 17:00:26
LOT. 11.06229-9
LOCALIDADE: BELO HORIZONTE
AG. VINCULADA: 0681
TERM 019509

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 23/12/2013
VALOR DO PAGAMENTO: 45,00

0019458652 900000000001
01594537217 1 00000000004500
357-333683557-9

VIA DO CLIENTE

**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**CREA-MG**

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201390000001554036

1. Responsável Técnico

MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA

Título profissional:

ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETRICA;

RNP: 1405246863

Registro: 04.0.0000036748

Registro: 29952

Empresa contratada:

GMP - INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE DOM SILVÉRIO**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

Logradouro: **RUA JOSÉ DE VASCONCELOS M. FILHO**

Nº: 000044

Cidade: **DOM SILVÉRIO**Bairro: **CENTRO**UF: **MG**

CEP: 35440000

Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**Celebrado em: **10/12/2013**Valor: **2.500,00**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA ANTÔNIO MELO DA COSTA**

Nº: 000080

Cidade: **DOM SILVÉRIO**Bairro: **SÃO GERALDO**UF: **MG**

CEP: 35440000

Data de início: **10/12/2013** Previsão de término: **26/12/2013**Finalidade: **OUTRO**Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE DOM SILVÉRIO**

CNPJ: 02.712.376/0001-54

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO**1.00****un**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORMULAÇÃO LAUDO DE VISTORIA.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS-SME

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MARCO POLO GAMBOGI ALVARENGA

RNP: 1405246863

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CC CNPJ: 02.712.376/0001-54Valor da ART: **45,00**Registrada em: **23/12/2013**Valor Pago: **45,00**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site

www.crea-mg.org.br ou **www.confrea.org.br**

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$2.500,00.** ÁREA DE ATUAÇÃO:**TELECOMUNICAÇÃO,****www.crea-mg.org.br** | 0800.0312732Nosso Número: **000000001594537**

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058131/2011 Localidade / UF: DOM SILVÉRIO/MG
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG)
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
JOSÉ EDUARDO COURA CORDEIRO	789.477.076-00	null	13/01/2013	
JOSÉ GERALDO DA COSTA	858.134.786-04	null	13/01/2013	
SEBASTIÃO COTTA	163.605.086-72	null	13/01/2013	
JURANDIR LOURENÇO FÉLIX	056.448.366-49	null	13/01/2013	
SÉRGIO DE FIGUEIREDO MOTTA	810.866.366-00	null	13/01/2013	
GERALDO FERREIRA GOMES	087.628.726-72	null	13/01/2013	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 09
- CNPJ válido e atual FL. 12
- Cópia do RG e CPF FL. 70//81//88//94//104(CNH)//114//125
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 52
- Último relatório do Conselho Comunitário FL. 33/34
- O Estatuto Social FL. 15/25

Pendências:

- Cópia do RG de 104 (CNH)
- Certidão Anatel FL. Vencida

À consideração superior.


Wallace Santos Pinheiro



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1841 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 17 de março de 2014.

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO**

Rua José Vasconcelos Monteiro Filho, nº 44, Centro
35.440-000 / Dom Silvério - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.058131/2011-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058131/2011-11**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1081/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1081/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº **53710.000987/1998.**
Processo de Renovação nº **53000.058131/2011-11.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG.**

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Prova de que Maria do Carmo Teixeira (Tesoureira) é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipado (**cópia do RG ou Certidão de Casamento**), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

53000.058131/2011-11/CGRC

Brasília, 07 de março de 2014.



WALLACE S. PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1081/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 17 de março de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES

PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.058131/2011-11**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 27 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 27/05/2014, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0008685** e o código CRC **95026CEB**.



CERTIDÃO DE CADASTRO DE PROCESSO NO SEI

Protocolo nº: 53000.058131/2011-11

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

Brasília, 11 de junho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 11/06/2014, às 19:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0019728** e o código CRC **FFDA55D5**.

Dom Silvério, 02 de maio de 2014.

Ilmo Sr.

Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 9º Andar
Brasília – DF
CEP 70.044-900

REFERÊNCIA: PROCESSO 53000.058131/2011

A Associação de Radiofusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, CNPJ 02.712.376/0001-54, autorizada executar o serviço de Radiofusão Comunitária na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, tomou conhecimento do teor do Ofício 1841/2014/CGRC/SCE-MC, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Em atendimento ao Ofício em epígrafe, encaminha os documentos por ele solicitados, ou sejam:

1. Cópia de débitos das receitas administradas pela Anatel.
2. Prova de regularidade de nacionalidade conforme cópia de identidade devidamente autenticada.

Respeitosamente,



Mariana Schittine de Souza
RG: MG 13.740.362 SSPMG
CPF: 066.136.376-70
VICE-PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, 57A – Santa Rita
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1403
Correio eletrônico (e-mail) : centroautomotivosaudense@yahoo.com.br



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIF. COMUNIT. DA CIDADE DE DOM
SILVERIO
CNPJ: 02.712.376/0001-54

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:08:33 do dia 29/04/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/05/2014.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **MG-4.983.005** DATA DE EXPEDIÇÃO **14/07/1999**

NOME **MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS**

FILIAÇÃO **JOAO MAURICIO DIAS
ALZEMIRA TEIXEIRA DIAS**

NATURALIDADE **DOM SILVERIO-MG** DATA DE NASCIMENTO **7/11/1967**

DOC ORIGEM **NASC. LV-26A FL-173**

DOM SILVERIO-MG

CPF **000.000.000-00**

BELO HORIZONTE, MG **CEL. MARCIO BARROSO DOMINGUES** ASSINATURA DO DIRETOR

PII-2176 **2. VIA**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**P. NOVA
PL 21768**

maria do Carmo Teixeira Dias
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ulcio do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
Dom Silvério - MG **30/04/2014**
Em test* **e** da Verdade
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - TABELA
Firma em B.Hic. - Praça Milton Campos 21



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1.270, Sala 001 - Centro - Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-900

Tel: (31) 3222-9051

NOTA TÉCNICA Nº 4061/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.058131/2011-11**

Processo de Outorga nº: **53710.000987/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar novo envio dos itens dispostos abaixo, visando a validade dos documentos anteriormente enviados, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III. Havendo mudança de diretoria da última ata apresentada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2 e CPF de todos os dirigentes;

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 27/02/2015, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 02/03/2015, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0390476** e o código CRC **FE03977C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1.270, Sala 001 - Centro - Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-900

Tel: (31) 3222-9051

Ofício nº 5856/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 2 de março de 2015

Ao Senhor

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, nº 57 A, Bairro Santa Rita

35440-000 / Dom Silvério - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058131/2011-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **4061/215/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 02/03/2015, às 10:46, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220966



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0390539** e o código CRC **4597C028**.

(Área de cola no verso)	 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO	AR	DATA DE POSTAGEM
	DESTINATÁRIO JOSÉ GERALDO DA COSTA- REP.LEGAL ASSOC.RADIODIF.COMUNIT.C.DOM SILVÉRIO RUA OVÍDEO CARVALHO BARCELOS 57 - A SANTA RITA 35440-000 DOM SILVÉRIO-MG (CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)				UNIDADE DE POSTAGEM
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TERREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG				CARIMBO UNIDADE RECEBEDORA
	TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h 2ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h 3ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.5856/2015/SEI-MC.PROC.53000.058131/11.		
			MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <i>Depora Soares Silva</i> Matrícula 84240377 Atendente Comercial
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL JH 06473428 7 BR				N° DOC DE IDENTIDADE 4-4 027021	

Dom Silvério, 02 de abril de 2015.

Ilmo Sr.

Dr. Marcos Ricardo dos Santos

Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas
Gerais

Avenida Afonso Pena nº 1270 – Sala 001- Centro

Belo Horizonte – MG

CEP30.130-900

REFERÊNCIA: PROCESSO 53000.058131/2011

Prezado Senhor,

A Associação de Radiofusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério,. CNPJ 02.712.376/0001-54, autorizada executar o serviço de Radiofusão Comunitária na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, tomou conhecimento do teor do Ofício 5856/2015/SEI-MC, de 02 de março próximo passado e Nota Técnica Nº 4061/2015/SEI-MC.

Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de janeiro de 2013, esta Associação Comunitária encaminhou ao Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica dentre outros o documento citado pertinente a alteração e posse do Quadro Diretivo, Conselho Fiscal e Comunitário que recebeu o protocolo nº 53000.038657/2013-39.

Em consulta ao sistema de cadastro e acompanhamento de movimentação de processos, verifica-se:


1. Recebimento em 01 de julho de 2013 e mantido em análise a partir do dia 02 subsequente nessa Delegacia, sem quaisquer pronunciamentos de conhecimento desta Associação.
2. Segundo informações o documento fora anexado ao Processo em exigência ora em atendimento.
3. Embora tratar de questões distintas “alteração de membros” e “renovação de outorga” esta Associação se preocupa pela não conclusão no que diz respeito a atualização de seu quadro diretivo prestes a vencer o período conforme estatuído, bem como a exigência formulada pressupondo ter atendido pelos documentos aqui tratados.

Não obstante, reencaminhamos os seguintes documentos:

- a) Certidão de regularidade pertinente à Receitas Administradas pela ANETEL.
- b) Cópia autenticada da Ata de Eleição e Posse da diretoria em exercício devidamente registrada na repartição competente.
- c) Cópia autenticada do documento de identidade de todos os membros do quadro diretivo.
- d) Cópia do documento de registro de protocolo nº 53000.0386572013-39.

Nesta oportunidade solicita os préstimos de V. Sa. no sentido de que seja tomada as devidas providências pertinentes ao solicitado nos itens "2" e "d" respectivamente que será fundamental para cadastramento no SEI.

Respeitosamente,



Mariana Schittine de Souza
RG: MG 13.740.362 SSPMG
CPF: 066.136.376-70
VICE-PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antônio Melo da Costa nº 80 – Bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafrm@hotmail.com

Dom Silvério, 03 de abril de 2013.

Ilmo Sr.

Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 9º Andar
Brasília – DF
CEP 70.044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 038657/2013-39

DRAC/MG

01/07/2013-08:18

ASSUNTO: Alteração de quadro diretivo

A Associação de Radiofusão Comunitária da cidade de Dom Silvério (MG). CNPJ 02.712.376/0001-54, tendo em vista a realização da Ata de Assembleia Geral Ordinária em 13 de janeiro de 2013, tomaram posse os seguintes membros da diretoria:

- 1 – Presidenta : Flaviane Nascimento;
- 2 – Vice- Presidenta: Mariana Schittine de Souza;
- 3 – Tesoureiro: Maria do Carmo Teixeira Dias;
- 4 – 2ª Tesoureira : Luciana de Souza Silva ;
- 5 – Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura.

Em assim sendo solicitamos as providências no sentido de encaminhar ao setor competente para providências pertinentes, para tanto encaminhamos os seguintes documentos:

A) DA ASSOCIAÇÃO

- Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Comprovante de Regularidade com o FISTEL junto à Agência Nacional de Telecomunicações.;
- Cópia da Ata da Assembleia Ordinária realizada em 13 de janeiro de 2013.

B) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL PERTINENTE A :

- Endereço SEDE; Residência dos Dirigentes; Não execução de outros serviços de Radiofusão e Telecomunicações ; e, condições de Administração no que diz respeito a subordinação, comando ou orientação, etc.

C) DECLARAÇÃO FIRMADA PELOS MEMBROS DA DIRETORIA:

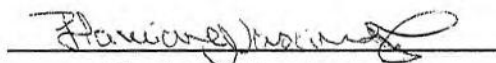
- Cumprimento da Lei 9612/98, Regulamento e Norma vigentes.

D) DOCUMENTOS AUTENTICADOS DOS MEMBROS DA DIRETORIA ACIMA RELACIONADOS:

- Cópia autenticada do documento de identidade;
- Cadastro de Pessoa Física CPF;
- Atestado de Antecedentes fornecido pelo Instituto de Identificação;
- Certidão Negativa Cível e Criminal Federal;
- Certidão Negativa Cível de competência do Juizado Comum e Especial;
- Certidão Negativa Criminal de competência do Juizado Comum e Especial;
- Certidão Negativa de Protestos de Títulos e Documentos;
- Certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral;
- Declaração de residência e comprovante de endereço;
- Certidão Negativa de Protestos de Títulos e Documentos;
- Certidão de regularidade com a Justiça Eleitoral;

Do acima exposto requer apreciação de V.Sa. e encaminhamento ao Departamento competente para as devidas providências necessárias.

Respeitosamente,



Flaviane Nascimento

RG: MG 10.464386 SSPMG

CPF: 036.282.586-69

PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº80, bairro São Geraldo

Cidade : Dom Silvério

Estado de Minas Gerais

CEP: 35.440-000

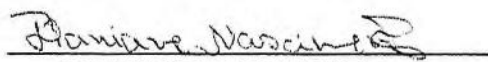
Telefone para contato : (031) 3857-1298

Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafrfm@hotmail.com

DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO

Nós abaixo assinados, na qualidade de dirigentes da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG), declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento DA Lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

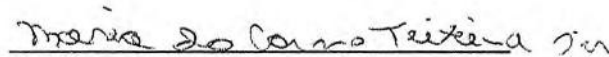
Dom Silvério, 03 de abril de 2013.



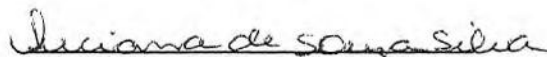
FLAVIANE NSCIMENTO
RG: MG 10.464386 SSPMG
CPF 036.82.586-69
PRESIDENTA



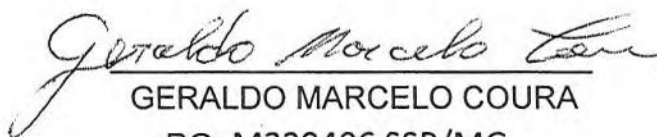
MARIANA SCHITTINE DE SOUZA
RG: MG 13.740.362 SSPMG
CPF: 066.136.376-70
VICE -PRESIDENTA



MARIA DO CAMO TEIXEIRA DIAS
RG: MG 498.3005 SSPMG
CPF: 860.591.496-34
TESOUREIRO



LUCIANA DE SOUZA SILVA
RG: M- 9.054.366 SSPMG
CPF: 031.136.626-05
2ª TESOUREIRA



GERALDO MARCELO COURA
RG: M329406 SSP/MG
CPF: 132.042.116-49
DIRETOR TÉCNICO

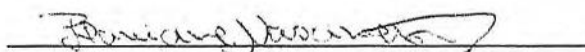
Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº 80 , bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3587- 1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafm@hotmail.com

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Flaviane Nascimento, na qualidade de representante legal em exercício, na Associação de Radiofusão Comunitária de Dom Silvério (MG) - declaro para os devidos fins que:

- O endereço completo da sede da entidade se encontra no local denominado Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, nº 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais;
- Todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- A entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiofusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- A Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação ou que a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, em respeito ao disposto no art. 11 da lei 9612/98.

Dom Silvério, 03 de abril de 2013.



Flaviane Nascimento

RG: MG- 10464386

CPF: 036.282.586-69

PRESIDENTA

Endereço para correspondência : Rua Antonio Melo da Costa, nº80, bairro São Geraldo
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (031) 3857-1298
Correio eletrônico (e-mail) : nossaterrafm@hotmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



2º Ofício de Notas
Dom Silvério - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente Cópia
confere com o Original
Dom Silvério, 11/07/13
Em Teste da verdade
Esc. Concórdia inscrita R. Hoi
Tobelli
Fome em B.H. - Av Afonso Pena 1442

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICA
RUA CARLOS NUNES CORDEIRO, 29.
DOM SILVÉRIO – MINAS GERAIS

CERTIDÃO:

Certifico que a “Ata de da Assembléia Geral Ordinária da Associação de radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG”, datada de 13 de janeiro de 2013, foi registrada no dia 01 de abril de 2013, sob o nº. 528. Lº. A-05.

O referido é verdade do que dou fé.
Dom Silvério – MG, 01 de abril de 2013.

Selo nº. ACA 03636. Registro
Selos nº. AYG. 47925 a AYG. 47927. Arquivamento
OBS: Reproduções de Documentos originais.



Cartório do Registro Civil das P. Jurídicas.

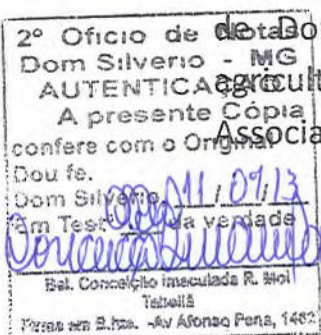
Perpetua dos Santos Bastos Paiva – Oficiala.

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (MG). Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e treze, às 20:00 (vinte) horas, à Rua José de Vasconcelos Monteiro Filho, 44, na cidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, sede da entidade, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério – MG - CNPJ: 02.712.376/0001-54, convocada para a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. A Assembléia foi instalada pelo presidente da entidade, Sr. José Geraldo da Costa que convidou o sócio-fundador Geraldo Ferreira Gomes para secretariar os trabalhos. Em seguida o presidente explicou aos sócio-fundadores presentes, que, nos termos do edital de convocação, a Assembléia Geral Ordinária tinha por objetivo eleger a nova diretoria, membros de conselho fiscal e conselho comunitário para o período de 2013 a 2016. Após discussão e debates foram eleitas as seguintes pessoas para os seguintes cargos: Presidenta: Flaviane Nascimento, brasileira, solteira, radialista, residente à Rua Coronel Batista nº 167, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 036.282.586-69, portadora da CI nº MG-10.464.386SSP/MG; Vice-Presidenta: Mariana Schittine de Souza, brasileira, casada, professora, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57A, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 066. 136.376-70 portadora da CI nº MG – 13.740.362/SSPMG; Secretária: Denize Aparecida Ferreira, brasileira, solteira, bacharel em ciências contábeis, residente à Rua Onório José da Silva nº 897, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 075.100.596-74, portadora da CI nº MG-13.220.132-SSP/MG; Segunda Secretária: Maria da Conceição Ferreira Coelho, brasileira, casada, autônoma, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 008. 326.046-31 portadora da CI nº M7029021 SSP/MG. Tesoureiro: Maria do Carmo Teixeira Dias, brasileira, casada, empresária, residente à Rua José Nunes Cordeiro nº .57, em Dom Silvério, – MG, inscrita no CPF nº 860.591.496-34, portadora da CI nº MG 4.983.005SSP/MG, Segunda Tesoureira: Luciana de Souza Silva, brasileira, solteira, residente à Rua Frei Matheus Rocha nº 116, em Dom Silvério – MG, inscrita CPF nº 031.136.626-05, portadora da CI nº M - 9054366 SSP/MG; Diretor Técnico: Geraldo Marcelo Coura, brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua



2º Ofício de Notas
Dom Silvério - MG
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia
conferir com o Original
Dou fe.
Dom Silvério, 11/01/13
Em Test. da verdade
Bel. Conceição Inocência R. Nôbi
Tabelião
Firma em B. Hto. - Av. Afonso Pena, 1482

Antônio Alexandre da Cruz nº169, em Dom Silvério – MG, Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Cecília Batista Santos, brasileira, casada, técnica de enfermagem, residente à Rua Dr. Francisco Joaquim de Paiva nº 15, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 053.460.556-73, portadora da CI nº M.7.210.549-SSP/MG; Expedito de Araújo, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Nossa Senhora da Saúde nº 234, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 056.474.286-49, portador da CI nº M.743315-SSP/MG; Edilaine Coelho Ferreira, brasileira, solteira, nutricionista, residente à Rua Glicério Lino Pereira nº 56A, em Dom Silvério – MG, inscrita no CPF nº 071.619.086-98 portadora da CI nº MG 13.220.124-SSP/MG; Membros Suplentes: José Geraldo da Costa, brasileiro, casado, artista plástico, residente à Rua José de Souza Rocha nº 396, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 858.134.786-04, portador da CI nº M.3459210-SSP/MG; Geraldo Ferreira Gomes, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua José de Souza Rocha nº 210, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 087. 628.726-72 portador da CI 47471-OAB/MG; Gleison Ferreira Coelho, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Ovídeo Carvalho Barcelos nº 57A, em Dom Silvério – MG, inscrito no CPF nº 058.392.816-11, portador da CI nº MG-12040686 -SSP/MG e Afonso Junior de Souza, brasileiro, casado, autônomo, residente à Rua José Lino Pereira nº 570 , em Dom Silvério –MG, inscrito no CPF nº 707.538.226-87, portador da CI nº MG 7.239.744SSP/MG. Em seguida, o Sr. presidente da Assembléia declarou empossados os eleitos e deu por encerrada a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, desfazendo a mesa coordenadora. Ato contínuo, pela Presidenta eleita e empossada, Sra. Flaviane Nascimento, foram indicados os membros do Conselho Comunitário, representando as entidades legalmente constituídas da comunidade local que ficou assim composto: Maria Aparecida Lessa Gomes, brasileira, casada, cabeleireira, residente à Rua Joaquim Ribeiro Ferreira nº 45 em Dom Silvério – MG, representando as Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde; Jurandir Lourenço Félix, brasileiro, casado, empresário, residente à Praça da Matriz nº 144, em Dom Silvério – MG, representando o Sindicato Rural de Dom Silvério, Vicente Nascimento de Souza, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mato Dentro em Dom Silvério-MG, pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE e José Tomaz Pereira



Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé
Dom Silvério MG 06/04/2015
Em test. P da Verdade
Clarita Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Palva - TST
Tribunal em B. H. - 1ª Vara de Família



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

28

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P11-11681

Polígrafo

ASSINATURA DO TITULAR

Clarita Pontes Alves

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ORDENS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FLAVIANE NASCIMENTO

ASSINATURA

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Emitido em : 13/03/96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FLAVIANE NASCIMENTO

Nº de Inscrição
036282586-69

Data de Nascimento
13/11/78

Barcode

CPF
P11-11681

DOM SILVERIO-MG

DOC. ORIGEM NASC. LV-2A FL-62

PONTE NOVA-MG

13/11/1978

FLAVIANE NASCIMENTO

EMANUEL NASCIMENTO

APARECIDA GOMES NASCIMENTO

FLAVIANE NASCIMENTO

07/11/1995


1. VIA



Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé
Dom Silvério MG 06/04/2015
Em test. P da Verdade
Clarita Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Palva - TST
Tribunal em B. H. - 1ª Vara de Família

Carilao de uso pessoal e信函s (envio)
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Jan./fev.2002

 **CORREIOS**
www.correios.gov.br

Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé
Dom Silvério 06 / 04 / 2015
MG
Em test. P da Verdade
Clarita Contes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - trans.
Cópia em B.H. - Cópia - Arquivo

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-13.220.132 18/09/2000

NOME
DENIZE APARECIDA FERREIRA

FILIAÇÃO
MARIO LUCIO FERREIRA
ILMA FERREIRA PENA

NATURALIDADE
DOM SILVERIO-MG

DATA DE NASCIMENTO
18/1/1985

DDC ORIGEM
NASC. LV-A4 FL-9
DOM SILVERIO-MG

CPF
P11-2

1. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PO. E CAR. DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
Denize Aparecida Ferreira

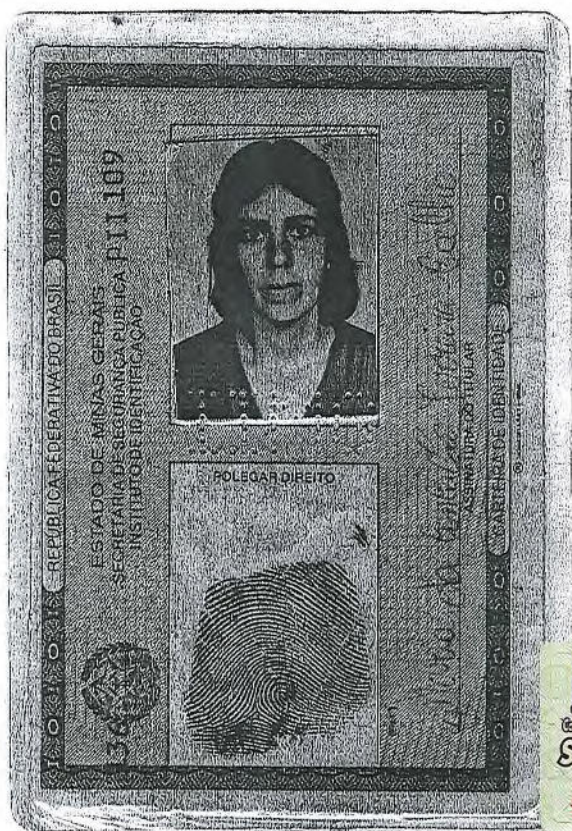
CARTEIRA DE IDENTIDADE

União do Registro Civil com Atuação em
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
MG
06 / 04 / 2015
em testê
Olinda Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Páiva - T/11



União do Registro Civil com Atuação em
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
MG
06 / 04 / 2015
em testê
Olinda Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Páiva - T/11





Ofício do Registro Civil com Atribuição de Dom Silvério - MG
 Confere com o original. Dou fé.
 Dom Silvério 06/04/2015
 MG
 Em test. P da Verdade
Clarita Pontes Alves
 Perpetua dos Santos Bastos Paiva - T



Ofício do Registro Civil com Atribuição de Dom Silvério - MG
 Confere com o original. Dou fé.
 Dom Silvério 06/04/2015
 MG
 Em test. P da Verdade
Clarita Pontes Alves
 Perpetua dos Santos Bastos Paiva - T



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **MG-4.983.005** DATA DE EXPEDIÇÃO: **14/07/1999**

NOME: **MARIA DO CARMO TEIXEIRA DIAS**

FILIAÇÃO: **JOAO MAURICIO DIAS
ALZEMIRA TEIXEIRA DIAS**

NATURALIDADE: **DOM SILVERIO-MG** DATA DE NASCIMENTO: **7/11/1967**

DOS ORIGEM: **NASC. LV-26A FL-173
DOM SILVERIO-MG**

CPI: **PII-2176** DEL. MARCIO BARROSO DOMINGOS ASSINATURA DO DIRETOR: *Marcio Barroso Domingos*

2. VIA

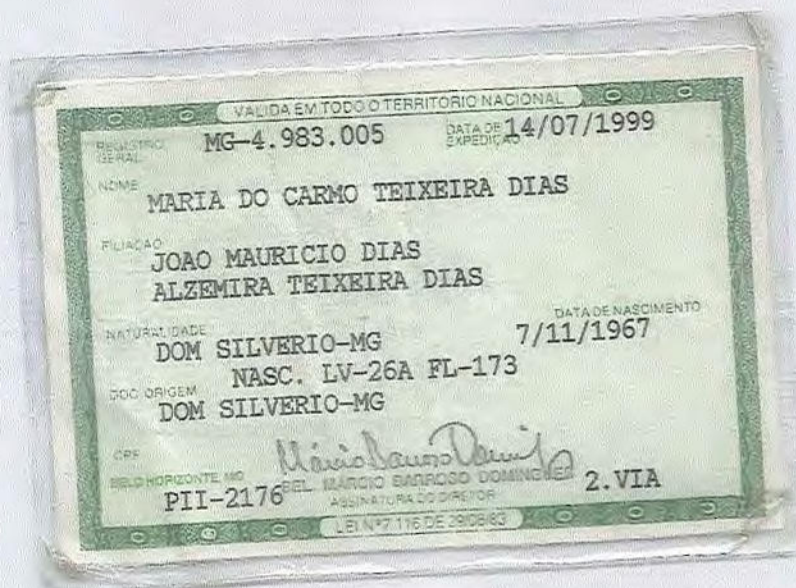
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
Dom Silvério MG 09/04/2015
Em test. *[assinatura]* da Verdade
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - TABUL
Firmado em B. H. - Ponta Milen Contas



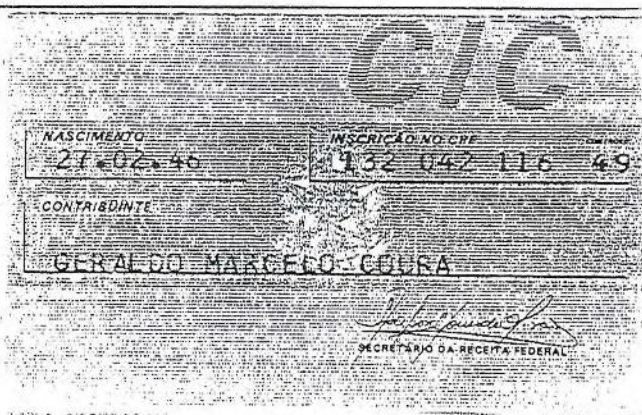


Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
Dom Silvério MG 07/04/2015
Em test. da Verdade
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - TABELA
Firma em R. Hie. - Praça Milken Comércio





Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
Dom Silvério 06/04/2015
MG
Em test* da Verdade
Clarita Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - Tabelã



Ofício do Registro Civil com Atribuição Notarial
Dom Silvério - MG
Confere com o original. Dou fé.
Dom Silvério 06/04/2015
MG
Em test* da Verdade
Clarita Pontes Alves
Perpetua dos Santos Bastos Paiva - Tabelã





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIF. COMUNIT. DA CIDADE DE DOM SILVERIO
CNPJ: 02.712.376/0001-54

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito (s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:23:51 do dia 01/04/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/05/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

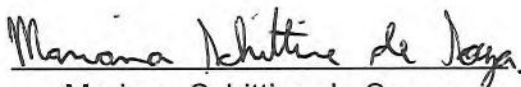
Dom Silvério, 02 de abril de 2015.

Ilmo Sr.
Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto
Secretário de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 9º Andar
Brasília – DF
CEP 70.044-900

ASSUNTO: Nome Fantasia

A Associação de Radiofusão Comunitária da cidade de Dom Silvério (MG). CNPJ 02.712.376/0001-54, autorizada executar o serviço de Radiofusão Comunitária na cidade de Dom Silvério, no estado de Minas Gerais, solicita a autorização para utilizar o Nome Fantasia : DS FM

Respeitosamente,



Mariana Schittine de Souza
RG: MG 13.740.362 SSPMG
CPF: 066.136.376-70
VICE-PRESIDENTE

Endereço para correspondência : Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, 57, Santa Rita
Cidade : Dom Silvério
Estado de Minas Gerais
CEP: 35.440-000
Telefone para contato : (31) 8453-4762
Correio eletrônico (e-mail) : gislaneac@hotmail.com

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Memo. nº 1153/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 13 de abril de 2015

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dom Silvério/MG, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 13/04/2015, às 14:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0458503** e o código CRC **58B80E2D**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Interessado(a): **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG)**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE DOM SILVERIO(MG), entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 18/05/2015, às 10:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0492023** e o código CRC **C300E1D2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional de Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 10581/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG**, por meio da Portaria nº **110**, publicada no DOU de 29/03/2000, e Decreto Legislativo nº **319**, publicado no DOU de 11/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou 11/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 11/01/2012 (página 05 do evento SEI 0019727), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013 às entidades que encaminharam o pedido fora do prazo estabelecido pelo subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011:

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

QUADRO DIRETIVO
Flaviane Nascimento Mariana Schittine de Souza Denize Aparecida Ferreira Maria da Conceição Ferreira Maria do Carmo Teixeira Dias Luciana de Souza Silva Geraldo Marcelo Coura

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado	Ok, fls. 14 a

1.	às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	26 0019727
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 07 a 10 0454885
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 11 a 18 0454885
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fls. 10 0019727
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fls. 19 0454885
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 13 0019727
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 34 e 35 0019727

4. Não há apontamento quanto a processos de apuração de infração conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0492023), processo 53000.058131/2011-11.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 20/05/2015, às 10:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 20/05/2015, às 10:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/05/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida**



Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 25/05/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 09/06/2015, às 13:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0514502** e o código CRC **C5083A23**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058131/2011-11**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **11/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Dom Silvério/ MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições,

conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058131/2011-11 e nº [53710.000987/1998] , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**, **Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [denielle.silva](#), versão 2 por [denielle.silva](#) em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [evandro.leite](#), versão 2 por [evandro.leite](#) em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional de Minas Gerais

DESPACHO

Processo n.: 53000.058131/2011-11

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos 0646870), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		fl. 05 do documento SEI 0019727
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		fls. 10 documento SEI 0019727
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		fls. 19 documento SEI 0454885
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	x		fls. 13 documento SEI 0019727
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		fls. 14 a 26 documento SEI 0019727
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		fls. 07 a 10 documento SEI 0454885
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		fls. 11 a 18 documento SEI 0454885
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		fls. 34 e 35 documento SEI 0019727

9	Relatório de apuração de infrações	x		documento SEI 0492023
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/08/2015, às 13:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0646871** e o código CRC **B07F9FFE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

Ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo de renovação nº 53000.058131/2011-31, da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, sediada em Dom Silvério / MG (ver despacho 0646871), encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0692797** e o código CRC **A2EFBF51**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058131/2011-11**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **11/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**,

para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Dom Silvério/ MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058131/2011-11 e nº [53710.000987/1998] , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 4375/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058131/2011-11 e nº [53710.000987/1998] , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722405** e o código CRC **9E018FFE**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058131/2011-11**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **11/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Dom Silvério/ MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722414** e o código CRC **855CD5C1**.



PORTARIA Nº 4.375, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058131/2011-11 e nº [53710.000987/1998] , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 5.700, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Processo nº 53500.008301/2015-00. Anui previamente com a entrada do FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - DGF FIPAC 2, representado pelo seu gestor DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA., com uma participação de 26,81% (vinte e seis inteiros e oitenta e um décimos por cento) do capital total, na DATORA PARTICIPAÇÕES S/A, controladora direta

das prestadoras DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. Determina o encaminhamento de cópia autenticada da documentação referente à operação objeto deste artigo no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de seu registro no órgão competente. Condiciona a concessão da presente anuência prévia à apresentação/atualização da documentação relativa à regularidade fiscal de todas as empresas envolvidas, inclusive perante as Fazendas Estadual e Municipal. A aprovação não exime as empresas do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO DO GERENTE

Fica o Interessado abaixo citado, intimado da aplicação da sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, conforme determina o art. 82, inciso IX da Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, (N.º DO PROCESSO, ENTIDADE, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, SANÇÃO, ENQUADRAMENTO LEGAL, N.º DO DESPACHO, DATA DO DESPACHO.):

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO GERENTE

Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO)

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

N.º do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R\$)
53504.025420/2012	BENEDITO CÂNDIDO DA SILVA	191.851.318-06	Art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000, art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.850,00
53504.004948/2013	EDIFÍCIO METROPOLITAN PARK PLAZA	03.770.004/0001-47	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	506,00
53504.004404/2015	RÁDIO NOVA BEBEDOURO LTDA	52.867.777/0001-51	Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	6.300,00
53504.005404/2015	RÁDIO UIRAPURU LTDA	46.151.916/0001-43	Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	2.750,00
53504.002180/2013	RÁDIO CHARQUEADENSE FM LTDA	03.731.324/0001-98	Itens 5.3.1.1 e 6.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	25.900,00
53504.005046/2015	WIRELESS COMM SERVICES LTDA	09.520.219/0001-96	Art. 38, inciso I, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 596/2012 e art. 127, inciso X, da lei nº 9472/1997	Multa	2.500,00
53504.008313/2013	A.B. SOARES - ME	07.195.550/0001-52	Arts 4º e 55, inciso V, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	720,00
53504.011249/2013	RÁDIO PAULISTA DE AVARÉ LTDA	02.680.427/0001-03	Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	1.080,00
53504.004407/2015	RÁDIO BEBEDOURO LTDA	45.239.100/0001-03	Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	3.780,00

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 5.764, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Expede autorização à FUNDACAO 14 DE AGOSTO, CNPJ nº 04.577.064/0001-00 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos na modalidade Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 5.779, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Expede autorização à OCIDENTAL SEGURANÇA PATRI-MONIAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.363.432/0001-10 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.376, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53000.007016/02. TECCOM TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA - RTV - Araçatuba/SP - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituto

ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.732 Processo nº 535000187892014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à GINONET.COM.BR PROVEDORES DE ACESSO A REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 09.032.588/0001-30, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 5.741 Processo nº 53500.029960/2007. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à PHOENIX TELECOM LTDA - ME, CNPJ nº 09.185.510/0001-55, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 I e 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

53554.001693/2013; VALDETINO DA SILVA; Conceição do Coité/BA; 883.515.725-00; R\$4.350,00; Art. 17 do RUER, c/c art. 163, da LGT; Art.55, inciso V, "b" do RCHPT, c/c art. 162 da LGT; 790, de 17/02/2014.

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.795, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO SA - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0997-28 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHODO SUPERINTENDENTE
Em 18 de setembro de 2015

53500.016812/2015 - Nº 8.212 - Homologa Oferta de Referência do Produto de Atacado de EILD apresentada pelo Grupo TELEFONICA em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo. Estabelece que o Grupo deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência em seis meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SANDRO ALMEIDA RAMOS

Nº 5.746 Processo nº 53500.015807/2011. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), expedida à SISTEER DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 13.420.027/0001-85, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.766 Processo nº 535000098492014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à COPYNET SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA, CNPJ nº 10.895.920/0001-79, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Outubro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 5.767 Processo nº 535000161382015 - Expede autorização à IEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº CNPJ nº 12.518.240/0001-61 para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11

Referência: Portaria nº 4.375, de 22 de setembro de 2015.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 24/09/2015, da Portaria nº 4.375, de 22/09/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 24 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 24/09/2015, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0737015** e o código CRC **36C419DE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (mg)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.375, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.058131/2011-11**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/10/2015, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0770064** e o código CRC **92129C33**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

Assunto: Atualização da Exposição de Motivos

Solicitamos atualização da Exposição de Motivos (documento 0722414), em função da troca da Pasta Ministerial.

Brasília, 20 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Divisão**, em 20/10/2015, às 16:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0779485** e o código CRC **AE273BAE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0780163** e o código CRC **CF5826F4**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério (mg)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.375, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Dom Silvério/MG**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.058131/2011-11**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0909106** e o código CRC **365EEE36**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.				
1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de			
1	autorização?			
9.	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à			

- 2 renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

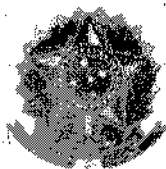
Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

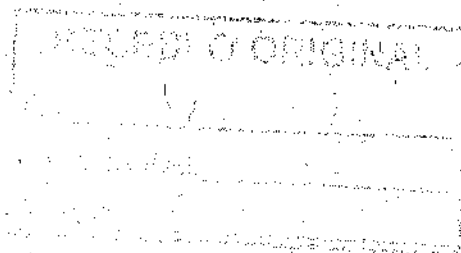
Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



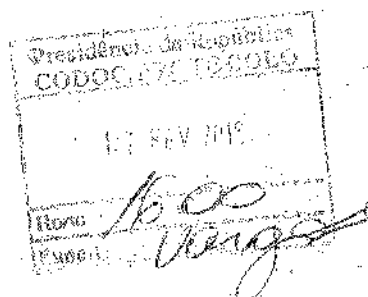
Ao Senhor

ADAUTO MODESTO JÚNIOR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013

EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013

EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011

EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

RENATA MORAES CHECCHIO
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11

Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silverio(mg)

**Assunto:Restituição de processo.
Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 14:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976209** e o código CRC **5B42C426**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17110/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, nº 57 A, Bairro Santa Rita

35440-000 / Dom Silvério - MG

CNPJ nº 02.712.376/0001-54

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.058131/2011-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, sediada em **Dom Silvério / MG**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **26 de junho de 2011**, conforme Portaria nº 148, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,

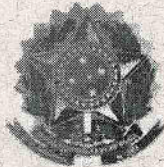


Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 13/05/2016, às 07:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1132653** e o código CRC **0F12B034**.

Ofício nº 17110/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.058131/2011-11



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17110/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOSÉ GERALDO DA COSTA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério

Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, nº 57 A, Bairro Santa Rita

35440-000 / Dom Silvério – MG

CNPJ nº 02.712.376/0001-54

Assunto: Renovação da Outorga / Processo nº 53000.058131/2011-11.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, sediada em **Dom Silvério / MG**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **26 de junho de 2011**, conforme Portaria nº 148, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 13/05/2016, às 07:17,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **1132653** e o código CRC **0F12B034**.

Ofício nº 17110/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.058131/2011-11

**PORTARIA Nº 5.795, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.058131/2011-11 e nº 53710.000987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2014, a autorização, outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE DOM SILVÉRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Silvério / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR**

ATO Nº 5.769, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Processo nº 53500.008301/2015-00. Anui previamente com a entrada do FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - DGF FIPAC 2, representado pelo seu gestor DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA., com uma participação de 26,81% (vinte e seis inteiros e oitenta e um décimos por cento) do capital total, na DATORA PARTICIPAÇÕES S/A, controladora direta

das prestadoras DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. Determina o encaminhamento de cópia autenticada da documentação referente à operação objeto deste artigo no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de seu registro no órgão competente. Condiciona a concessão da presente anuência prévia à apresentação/atualização da documentação relativa à regularidade fiscal de todas as empresas envolvidas, inclusive perante as Fazendas Estadual e Municipal. A aprovação não exime as empresas do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E
FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA**

DESPACHO DO GERENTE

Fica o Interessado abaixo citado, intimado da aplicação da sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, conforme determina o art. 82, inciso IX da Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, (Nº DO PROCESSO, ENTIDADE, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, SANÇÃO, ENQUADRAMENTO LEGAL, Nº DO DESPACHO, DATA DO DESPACHO):

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

DESPACHO DO GERENTE

Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO)

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

Nº do Processo	Responsável	CPF/CNPJ	Inquadramento Legal	Decisão Final	Valor (R\$)
53504.025402/2012	BENEDITO CÂNDIDO DA SILVA	191.851.318-06	Art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000, art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	4.850,00
53504.004948/2013	EDIFICIO METROPOLITAN PARK PLAZA	03.770.004/0001-47	Art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 163 da Lei nº 9472/1997	Multa	506,00
53504.004044/2015	RADIO NOVA BEBEDOURO LTDA	52.867.777/0001-51	Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002 e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	6.300,00
53504.005404/2015	RADIO UTRAPURU LTDA	46.151.916/0001-43	Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 116/1999, e arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	Multa	2.750,00
53504.002180/2013	RADIO CHARQUEADENSE FM LTDA	03.731.324/0001-98	Item 5.3.1.1 e 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 697/1998, arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	25.900,00
53504.005046/2015	WIRELESS COMM SERVICES LTDA	09.520.219/0001-96	Art. 38, inciso I, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 596/2012 e art. 127, inciso X, da Lei nº 9472/1997	Multa	2.500,00
53504.008313/2013	A.B. SOARES - ME	07.195.550/0001-52	Arts. 4º e 55, inciso V, alínea "c", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	Multa	720,00
53504.011249/2013	RADIO PAULISTA DE AVARE LTDA	02.680.427/0001-03	Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	1.080,00
53504.004407/2015	RADIO BEBEDOURO LTDA	45.239.100/0001-03	Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	Multa	3.780,00

SANDRO ALMEIDA RAMOS

**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ,
RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ**

ATO Nº 5.764, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Expede autorização à FUNDACAO I4 DE AGOSTO, CNPJ nº 04.577.064/0001-00 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos na modalidade Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ,
MARANHÃO E AMAPÁ**

ATO Nº 5.779, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Expede autorização à OCIDENTAL SEGURANÇA PATRI-MONIAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 10.363.432/0001-10 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

**SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS
À PRESTAÇÃO**

ATO Nº 2.376, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Processo nº 53000.007016/02. TECCOM TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA - RTV - Araçatuba/SP - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituto

ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.732 Processo nº 535000187892014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à GINONET.COM.BR PROVEDORES DE ACESSO A REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 09.032.588/0001-30, associada a Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radiocanal(es) apical(es).

Nº 5.741 Processo nº 53500.029960/2007. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à PHOENIX TELECOM LTDA - ME, CNPJ nº 09.185.510/0001-55, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 I e 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 5.746 Processo nº 53500.015807/2011. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), expedida à SISTER DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 13.420.027/0001-85, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Nº 5.766 Processo nº 535000098492014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à COPYNET SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA, CNPJ nº 10.895.920/0001-79, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Outubro de 2029, referente(s) ao(s) radiocanal(es) ancilar(es).

Nº 5.767 Processo nº 535000161382015. Expede autorização à IEL TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 12.518.240/0001-61 para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015092400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SCM/CGRC
OFÍCIO nº 17110/2016/SEI-MC, de 13/05/2016
Nº DO PROCESSO: 53000.058131/2011-44
JOSE GERALDO DA COSTA
Ass. de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, nº 57 A, Bairro Santa Rita
35440-000 Dom Silvério - MG



AO REMETENTE





**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Perdido
<input checked="" type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o n.º indicado	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
EM 21/05/16
EM 1 / 1 / 1 Responsável

DESCONHECIDA
(MARIA DA CONCEIÇÃO)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Edifício dos Autômatos, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC	
ENDEREÇO / ADDRESS		OFÍCIO nº 17110/2016/SEI-MC, de 13/05/2016	
CEP / CODE POSTAL		Nº DO PROCESSO: 53000.058131/2011-11	
		JOSÉ GERALDO DA COSTA	
		Ass. de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério	
		Rua Ovídeo Carvalho Barcelos, nº 57 A, Bairro Santa Rita	
		35440-000 Dom Silvério - MG	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
X		/ /	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			
75240203-0		FO0463 / 16	
		114 x 186 mm	



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 39168054 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

EN

CI

UF

BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--

Data de Envio:

08/06/2016 14:44:21

De:

MC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

gislaneac@hotmail.com

Assunto:

Rádio Comunitária (Ministério das Comunicações) URGENTE - 53900.017897/2015

Mensagem:

Assunto: Ofício devolvido pelos Correios.

Referência: Processo nº 53900.017897/2015

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para informar que as correspondências relativa a entidade estão sendo devolvidas pelos correios pelo seguinte motivo: (...) desconhecido.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

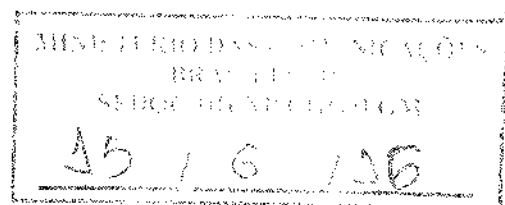
Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,



Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM - MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77

22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78

72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91

122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51

172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,



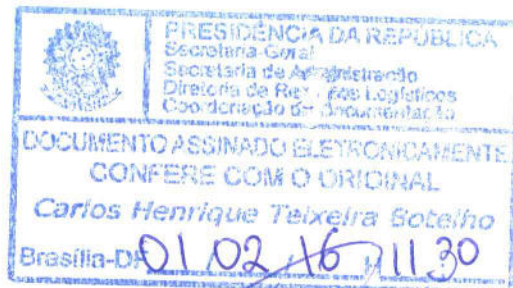
ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da
Casa Civil da Presidência da República

EM nº 00062/2016 MC

120

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma

e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

SI	NÃ	Fls. /
M	O	nº do
		doc.

1 Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.

1. O requerimento é tempestivo?

2

Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos

previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 5
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 8
- 9 Relatório de apuração de infrações.
9. Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de
1 autorização?
Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.
- 9.
- 2

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

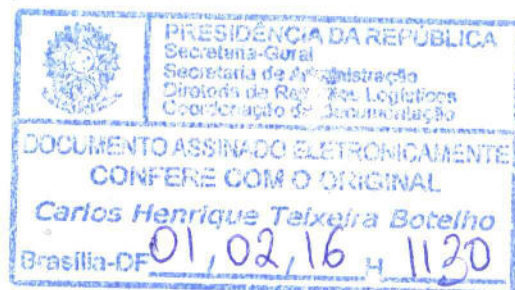
[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 10581/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244321** e o código CRC **E75173AC**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
[Secretaria]
[Subsecretaria ou Departamento]

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742254** e o código CRC **1B4D04E6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 1742254

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742291** e o código CRC **0DB8D745**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 1742291

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11**

Entidade: **Associacao de Radiodifusao Comunitaria da Cidade de Dom Silverio**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 10581/2015 (Evento SE 0514502) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0646870), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742296** e o código CRC **96CC7A89**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058131/2011-11**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **11 de setembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Dom Silvério/ MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 1742296

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1823475** e o código CRC **9A573894**.

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 1823475



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1886014** e o código CRC **A5D5BE45**.

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 1886014

Brasília, 18 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058131/2011-11, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Silvério/ MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

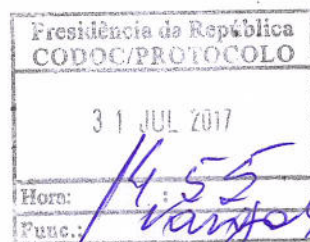
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
343/2017	53000.021819/2010-57	Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado de São João da Vitória
344/2017	53000.045558/2013-11	Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA
345/2017	53000.014022/2013-46	Associação Jiquiriçaense de Apoio Cultural
349/2017	53000.057914/2011-70	Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno
350/2017	53000.056238/2011-17	Associação Comunitária Central de Ritópolis
351/2017	53000.056228/2011-81	Associação de Comunicação e Cultura Liberdade
352/2017	53000.058131/2011-11	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
353/2017	53000.024292/2009-89	Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição
354/2017	53000.050492/2011-10	Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa
355/2017	53000.024188/2012-90	Associação Comunitária de Rodeiro
356/2017	53000.058136/2011-36	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá
357/2017	53000.003928/2014-16	Serviço de Assistência Social - SAS
358/2017	53000.062396/2013-78	Associação Comunitária da Região Central
359/2017	53000.006882/2013-14	Associação Comunitária de Comunicação de Frutal
360/2017	53000.052021/2011-38	Associação Comunitária e Cultural de Caçu
361/2017	53000.065119/2010-74	Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino
362/2017	53000.070758/2013-02	Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre
363/2017	53000.071423/2013-01	Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura E Desporto De Pereiro
364/2017	53000.056608/2011-16	Associação Comunitária Eldorado Para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves
365/2017	53900.032165/2014-77	Associação Comunitária do Município de Botuporã
366/2017	53000.055786/2012-19	Associação Amigos de Nova Fátima, no município de Nova Fátima
367/2017	53000.058133/2011-01	Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa
368/2017	53000.039604/2007-97	Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - ACRAT
369/2017	53000.064284/2010-17	Associação Cristã Sem Fronteiras de Difusão Comunitária
370/2017	53000.040135/2013-05	Associação das Mulheres Espinosenses
371/2017	53000.062227/2013-38	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas
372/2017	53000.057295/2012-02	Associação de Rádio Comunitária de Oriximiná
373/2017	53000.050218/2012-13	Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense
374/2017	53900.029909/2015-57	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria
375/2017	53000.045153/2012-94	Associação Comunitária de Amigos de Reserva do Cabaçal
376/2017	53000.029631/2007-51	Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago
377/2017	53000.054585/2011-13	Associação Comunitária de Amigos do Porto Esperidião (ASCAPE)
378/2017	53000.049700/2013-91	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária
379/2017	53000.020488/2013-81	Associação de Desenvolvimento Educativo, Cultural e Ambiental

380/2017	53000.057028/2013-16	Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista
381/2017	53000.007052/2013-04	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino
382/2017	53000.058076/2011-51	Associação Rádio Comunitária Belo Horizonte
383/2017	53900.017747/2014-23	Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari
384/2017	53000.044171/2012-59	Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari
385/2017	53000.053992/2010-14	Associação dos Monitores Em Organização Social de Wenceslau Guimarães (WG Fm)
386/2017	53000.033271/2013-31	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal
387/2017	53900.017321/2015-51	Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda
388/2017	53000.015610/2013-05	Associação Comunitária do Desenvolvimento Social
389/2017	53000.031930/2012-13	Associação Cultural Comunitária Rádio Livre
390/2017	53000.056622/2011-10	Associação dos Moradores de Aracruz
391/2017	53000.070524/2013-57	Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe
392/2017	53900.017573/2014-07	Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci
393/2017	53000.071201/2013-81	Associação Palmaciana da Comunidade Sede
394/2017	53000.027789/2013-35	Associação Beneficente 07 de Outubro
395/2017	53000.048009/2013-91	Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI
396/2017	53000.056240/2011-96	Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel - ACOSAMI
397/2017	53000.055673/2012-13	Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo
398/2017	53000.054476/2012-79	Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense
399/2017	53000.048665/2012-11	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM
400/2017	53900.015755/2015-16	Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 24/07/2017, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2054851** e o código CRC **DF1E3466**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2054851

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.058131/2011-11
Referência: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2100837** e o código CRC **99A3F6A7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 2100837

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glaucete Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquelam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058131/2011-11.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/07/2019, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4349759** e o código CRC **C70718D2**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058131/2011-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ nº 02.712.376/0001-54, explore pelo prazo de dez anos a partir de 11 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10581/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4375, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.058131/2011-11

SEI nº 4349759

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058131/2011-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, inscrita no CNPJ nº 02.712.376/0001-54, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 11 de setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dom Silvério, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10581/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4375, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36720/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.058131/2011-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694601** e o código CRC **A8B888B9**.